

Relatório Técnico Município de Gurupá | PA

Diagnóstico das condições de educação,
saúde e violência na Ilha de Marajó e suas
interfaces com o Sistema de Garantia de
Direitos da Criança e do Adolescente

Solicitante: Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente / Programa das Nações Unidas

Execução: Herkenhoff & Prates

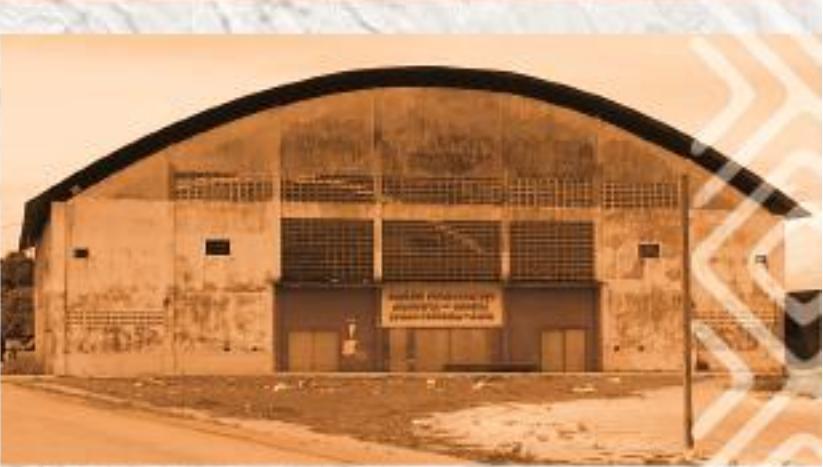
CNPJ nº 73.401.143/0001-89

Rua Bernardo Guimarães, 245, 9º Andar, Ed. Dr. Zica Filho

Funcionários - Belo Horizonte – MG – CEP 30140-080

Tel./Fax: (31) 3292 2855 | hep@hpconsultores.com.br





Lista de Abreviaturas e Siglas

CADÚNICO - Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal

CADSUAS - Cadastro do SUAS CADASTRO ÚNICO

CMAS - Conselho Municipal de Assistência Social

CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

CNEAS - Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Assistência Social

CNES - Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde

CRAS - Centro de Referência de Assistência Social

CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social

EACS - Equipe de Agentes Comunitários de Saúde

ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente

EJA - Educação de Jovens e Adultos

ESF - Equipe de Saúde da Família

ESFSB - Equipe de Saúde da Família com Saúde Bucal

FNAS - Fundo Nacional de Assistência Social

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDEB - Índice Desenvolvimento da Educação Básica

LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

LOA - Lei Orçamentária Anual

LOAS - Lei Orgânica de Assistência Social

MEC - Ministério da Educação

MS - Ministério da Saúde

NOB - Norma Operacional Básica

NOB/RH/SUAS - Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS

NOB/SUAS - Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social

ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ONU - Organização das Nações Unidas

PAEFI - Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos

PAIF - Serviço de Proteção Integral à Família

PEP - Plano de Educação Permanente

PNAS - Política Nacional de Assistência Social.

PNEP/SUAS - Política Nacional de Educação Permanente do SUAS

PNI- Programa Nacional de Imunizações

PPA - Plano Plurianual

PSE - Programa Saúde na Escola

RENEP/SUAS - Rede Nacional de Educação Permanente do SUAS

RMA - Registro Mensal de Atendimentos

SAGI - Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação

SGD - Sistema de Garantia de Direitos

SGDCA - Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente

SINAN - Sistema de Informação de Agravos de Notificação

SNAS - Secretaria Nacional de Assistência Social

SUAS - Sistema Único de Assistência Social

TBM - Taxa Bruta de Mortalidade

TBN - Taxa Bruta de Natalidade

TEF - Taxas Específicas De Fecundidade

TFD - Tratamento Fora do Domicílio

TFE - Taxa De Fecundidade Total

TMI - Taxa de Mortalidade Infantil

Expediente

Execução

HERKENHOFF & PRATES - INSTITUTO DE TECNOLOGIA
E DESENVOLVIMENTO

Rua Bernardo Guimarães, 245 - 9º e 10º andar
Funcionários | Belo Horizonte

Minas Gerais | Tel.: 31 3292 2855

hpconsultores.com.br

Diretoria

Cristina Margoto

Guilherme Rodrigues

Coordenação

Juliana Vasconcelos De Souza Barros

Lucas Sardinha

Corinne Julie Ribeiro Lopes

Manuela de Almeida Andrade

Equipe Técnica/Pesquisadores

Alexandre Vieira de Souza

Álvaro Ferreira da Silva

Andreza Adami

Antônia Maria Monteiro da Costa

Ayana Odara de Brito

Barbara Maria Braga

Beatriz Silva da Costa

Carolina Rocha

Cecília Miranda

Gabriela Reis

Douglas Felipe Lucas

Josiel Moraes dos Santos

Joyce Petrus
Karla Juliana Onofre da Silva
Maria do Carmo Marques dos Santos
Maria Elisa Tosi Roquette
Marina de Melo Marinho Brochado
Rafael Paiva de Oliveira Diaz
Réggios Reis

Comunicação de Resultados

Catarina Fürst
Ana Lima Silva
Ludmila Santos
Thais Amaral
Thais Lima
Will Lelis

SUMÁRIO

Apresentação	10
O Município de Gurupá.....	11
Breve Contextualização	11
Características Sociodemográficas.....	12
Condições de Saúde.....	14
Características gerais	14
<i>Rede de atendimento da Política de Saúde às crianças e adolescentes</i>	19
Principais Desafios na saúde	20
<i>Natalidade</i>	20
<i>Gravidez entre crianças e adolescentes.....</i>	20
<i>Crescimento saudável: imunização, saúde bucal e prevenção à desnutrição</i>	24
<i>Doenças prevalentes e Internações hospitalares.....</i>	24
<i>Taxas de mortalidade.....</i>	26
<i>Uso de álcool e drogas.....</i>	27
Potencialidades e iniciativas de destaque	28
Condições de Educação	30
Características gerais	30
Principais Desafios na educação	30
Potencialidades e iniciativas de destaque	35
Situações de Violência.....	37
Características gerais	37
<i>Violência sexual</i>	38
<i>Medidas Socioeducativas: Adolescentes em conflito com a Lei</i>	40
<i>Desaparecimento</i>	42
<i>Trabalho Infantil e Trabalho Protegido</i>	43
<i>Crianças e Adolescentes em Situação de Rua.....</i>	44
<i>Bullying, cyberbullying</i>	45
Principais Desafios para superar as violações de direitos	46
Potencialidades e iniciativas de destaque	47
Mapeamento do SGD	50
Organização do SGD	50
Eixos de Atuação	50
<i>Eixo Defesa Garantia de acesso à justiça e à proteção jurídico social, voltadas para o sistema de justiça:.</i>	50

<i>Eixo Promoção dos direitos das crianças e dos adolescentes</i>	58
<i>Eixo Controle - organização e mobilização da sociedade civil em prol dos direitos das crianças e dos adolescentes:</i>	65
Organizações da Sociedade Civil.....	67
Referências	73

Apresentação

Este relatório apresenta o diagnóstico da situação de educação, saúde e violência e do arranjo institucional do SGD no município de Gurupá, na Ilha do Marajó. Ele sistematiza informações tanto de dados secundários como de pesquisa primária realizada *in loco*.

Os dados secundários utilizados foram extraídos de instituições e pesquisas oficiais disponíveis on-line. Foram também solicitadas informações oficiais diretamente para os órgãos competentes do município, quando o dado não foi encontrado nesse ambiente. Já os dados primários foram obtidos por meio de entrevistas em profundidade, grupos focais e oficinas desenvolvidas com atores estratégicos que compõem o SGD e com crianças, adolescentes e seus familiares.

A integração de diferentes fontes de dados e metodologias de pesquisa permitiu um olhar mais acurado sobre o município, trazendo informações relevantes para o fortalecimento do SGD no enfrentamento às violações. Ele está dividido em 5 seções: 1) Contextualização do município de Gurupá; 2) Situações de Saúde; 3) Condições de Educação; 4) Situações de Violência; e 5) Mapeamento do SGD.

O Município de Gurupá

Breve Contextualização

O município de Gurupá, localizado a 350 km de Belém, possui duas unidades de conservação de uso sustentável: a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Itatupã-Baquiá e a Reserva Extrativista Gurupá-Melgaço. A localidade, historicamente, foi habitada por indígenas e existem registros arqueológicos de milhares de anos. Em 1639, a povoação foi elevada à vila e, em 1885, à cidade de Gurupá.

As festividades culturais no município são diversas; existe o Festival da Dourada, que ocorre nos dias 4 a 7 de setembro e por ser um peixe típico da região, a festividade tem como finalidade mostrar a importância da cultura gastronômica do povo gurupense. A população do município é predominantemente cristã, de maioria católica e o santo padroeiro da cidade é Santo Antônio, contudo, o santo mais festejado é mesmo São Benedito. Na Festa de São Benedito, que ocorre em dezembro, a cidade fica em festa com as chamadas Festas Vespereias que são regidas pelos DJs de vários ritmos como o “Melody”, destacando algumas tradições como o “Banho de Cerveja” e a derrubada do mastro. A festividade é muito comemorada pela população local e por turistas.

As ruínas do Forte de Santo Antônio de Gurupá encontram-se tombadas pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional desde 1963, sob a jurisdição do Ministério da Defesa. O município se destaca pela produção do arroz, abacaxi, mandioca, criação de gado e extrativismo vegetal madeireiro. Além disso, a atividade pesqueira é também fundamental na economia da cidade.

A percepção sobre Gurupá, de acordo com relatos de alguns adolescentes do município, é que a localidade é um boa para morar, mas apresenta problemas nos serviços de saúde oferecidos, pois faltam insumos básicos. Além disso, a iluminação pública e o asfaltamento de vias públicas ainda não fazem parte do cotidiano da cidade.

Características Sociodemográficas

POPULAÇÃO	33.775 habitantes (Estimativa para 2020)
PROPORÇÃO POR SEXO	As mulheres representam 47% dos habitantes de Gurupá; e os homens, 53%.
DISTRIBUIÇÃO ETÁRIA	Em Gurupá, 13.825 habitantes são crianças e adolescentes de 0 a 17 anos. O número estimado para meninas nessa faixa etária é de 6.769 sendo 68% de 0-11 anos e 32% de adolescentes de 12-17 anos.
SITUAÇÃO URBANA RURAL	33% da população mora na área urbana e 67% habita áreas rurais. Gurupá é um dos municípios com maior porcentagem da população vivendo em área rural do Marajó.
IDH	O Índice de Desenvolvimento Humano (2010) no município é 0,509, um dos valores mais baixos entre os municípios marajoaras.
IVS	0,604, um valor mediano entre os valores do Marajó
LONGEVIDADE	A esperança de vida ao nascer de um (a) morador (a) de Gurupá em 2010 era de 71,6 anos; inferior à do Pará (72,4 anos) e à do Brasil (73,9 anos).
RENDAS PERCAPITA	191,06 reais, um valor mediano entre os municípios marajoaras e correspondente a 24% da média nacional em 2010.
TAXA DE OCUPAÇÃO	75% de admissões em empregos formais em 2019

Os dados referentes ao saneamento básico em Gurupá são um reflexo da realidade do Pará e da ilha do Marajó. No ano de 2017, a porcentagem de pessoas inscritas no Cadastro Único sem abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo adequados era de 59%. Ao avaliar apenas o esgotamento sanitário, a porcentagem de pessoas inscritas sem acesso ao esgotamento sanitário adequado era de 80%, valor extremamente alto e referente a duas vezes a média do Brasil para aquele ano, que era 40%.

Em Gurupá apenas 3,5% dos domicílios particulares permanentes em 2010 eram considerados adequados para moradia. 55% dos domicílios eram considerados semiadequados e o restante, inadequados. No Brasil, mais de 50% dos domicílios eram

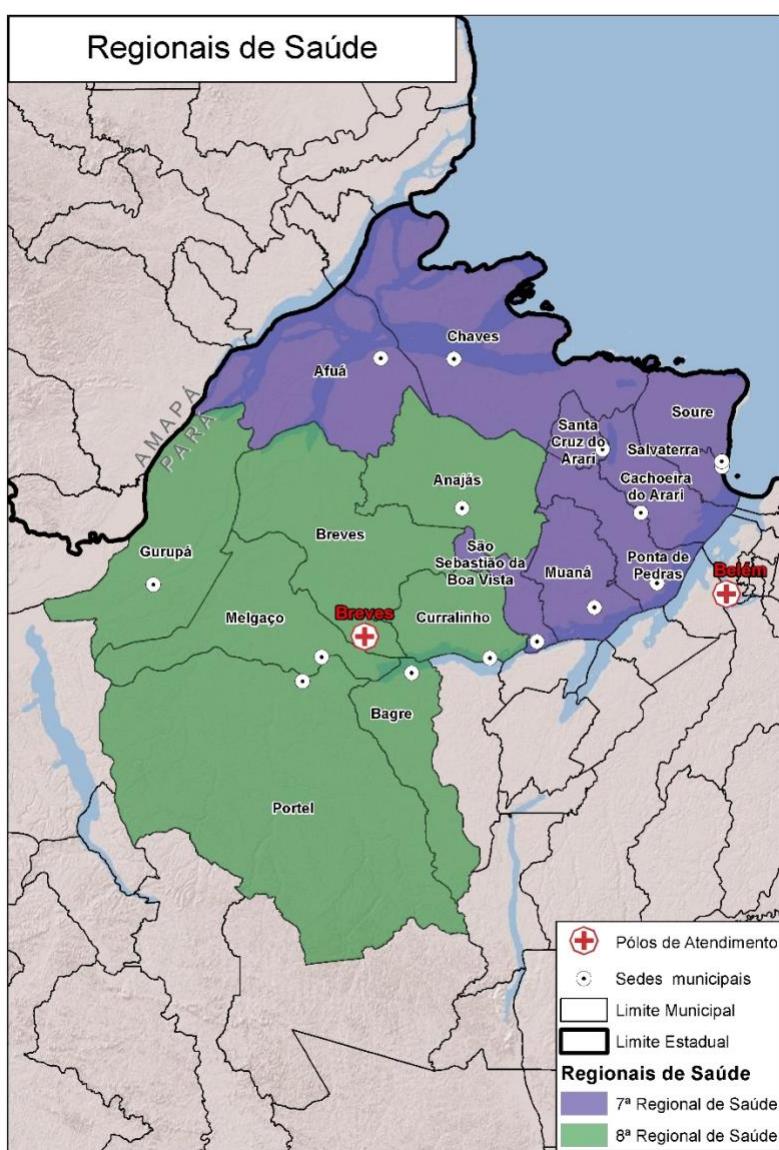
considerados adequados para moradia no mesmo ano, mas no Pará eram apenas 13,8%.

Condições de Saúde

Características gerais

O território marajoara é dividido em duas Regionais de Saúde: 7^a Regional de Saúde cujo município polo de atendimento é a capital do estado do Pará e a 8^a Regional de Saúde que tem a cidade de Breves como localidade de referência no atendimento à Saúde.

MAPA 1: REGIONAIS DE SAÚDE DA ILHA DO MARAJÓ



Fonte: Ministério da Saúde - Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde do Brasil - CNES / DATASUS, 2020. Elaboração: Herkenhoff & Prates.

Gurupá pertence à 8ª Regional de Saúde, na qual o município polo de atendimento é Breves. A distância entre as duas cidades é de aproximadamente 126 quilômetros, sendo que o acesso entre os municípios é realizado por meio de balsa. O deslocamento demora aproximadamente 10 horas.

A busca pela rede de saúde de Breves, pela população de Gurupá, se dá especialmente para consultas e serviços especializados. O deslocamento intermunicipal nem sempre é fácil devido aos custos, transporte e burocracias.

O Tratamento Fora de Domicílio (TFD) é um instrumento legal que tem por objetivo garantir, por meio do SUS, tratamento médico a pacientes que no município de origem não tem condições técnicas para tratar a morbidade. O TFD consiste em uma ajuda de custo, com valores fixos, a depender do tipo de deslocamento (alimentação e pernoite; alimentação sem pernoite e alimentação e pernoite para tratamento de alta complexidade).

Em relação ao TFD, tem uma questão bem peculiar em Gurupá. De acordo com a gestora, o município não possui recursos suficientes para manter o serviço, pois recebe do governo R\$7.000,00 para tratamento de alta complexidade e gasta-se R\$15.000,00 somente com passagem.

Na verdade, Gurupá é considerada totalmente responsável pelo TFD, o secretário de saúde da gestão anterior aceitou essa condição, sem conhecimento das implicações que isso traria para o município, mas agora o governo estadual não aceita ser o responsável pelo serviço.

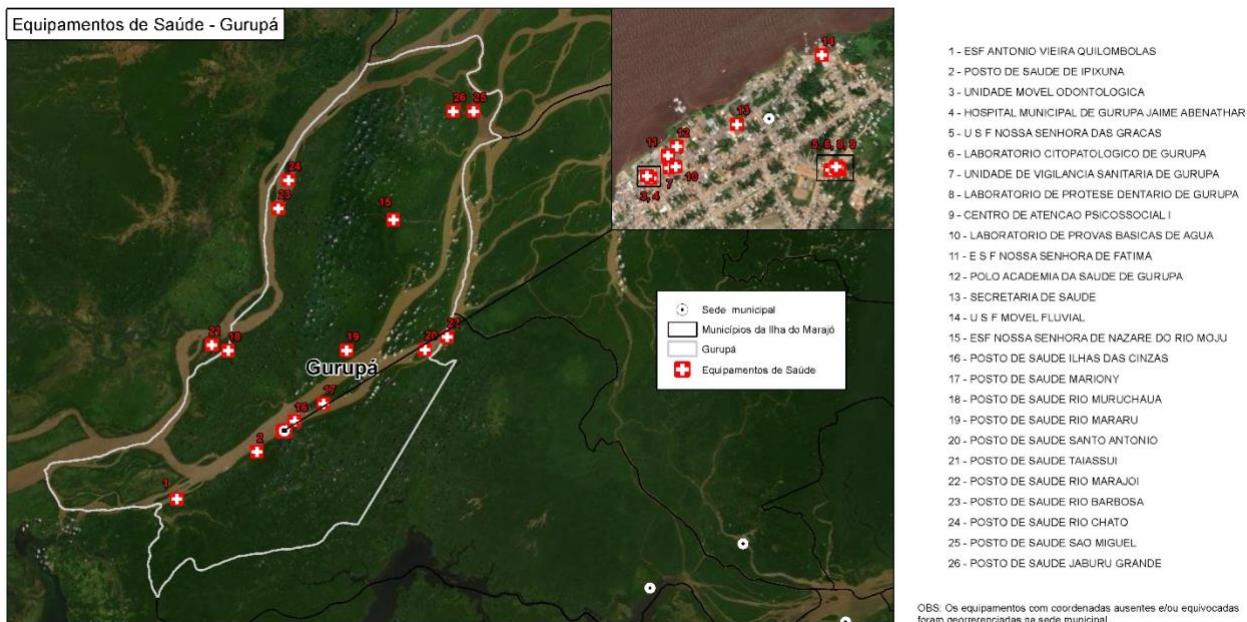
Encaminhamos muitos casos para Breves, que é a regional, mas mesmo o transporte sai muito caro, pois o TFD (Tratamento fora do domicílio) que recebemos não cobre a demanda. (Gestor)

Além disso, alguns tipos de serviços de saúde são encaminhados para Belém:

Nosso laboratório é antigo, os exames são imprecisos e muitos precisam ser encaminhados para Belém. (Gestor)

Segundo o Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde (CNES), em Gurupá, existem 26 estabelecimentos cadastrados, que se encontram distribuídos por todas as regiões do município.

MAPA 2 - EQUIPAMENTOS DE SAÚDE DE GURUPÁ - AGOSTO/2020



Fonte: Ministério da Saúde - Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde do Brasil - CNES / DATASUS,2020. Elaboração: Herkenhoff & Prates.

O município conta com 2 equipes de Saúde da Família (ESF), sendo 1 fluvial com atendimento em Saúde Bucal e possui 2 equipes de Agentes Comunitários de Saúde e 1 Núcleos de Apoio a Saúde da Família (NASF) - (Dados do CNES, 2020).

TABELA 1 - EQUIPES DE SAÚDE EM GURUPÁ - MAIO/2020

TIPO DA EQUIPE	QUANTIDADE
01 ESF – EQUIPE DE SAÚDE DA FAMÍLIA	1
04 EACS - EQUIPE DE AGENTES COMUNITARIOS DE SAÚDE	2
07 NASF2 - NUCLEO DE APOIO A SAUDE DA FAMILIA - NASF MODALIDADE 2	1
15 ESFFSB - ESF FLUVIAL COM SAUDE BUCAL	1
TOTAL	5

Fonte: Ministério da Saúde - Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde do Brasil - CNES / DATASUS,2020.

Em 2020, segundo dados do CNES, atuam em Gurupá 223 profissionais de saúde. Especificamente são 5 médicos, a maioria generalistas, ou seja, a população carece de especialistas, como: ginecologia, pediatra, ortopedista dentre outros. Além disso, a relação médico/habitante é de 0,15 médicos por mil habitantes, relação muito abaixo do recomendado pelo Ministério da Saúde (2,5 médicos por mil habitantes).

TABELA 2 - PROFISSIONAIS DE SAÚDE EM GURUPÁ - OUT/2020

TIPO DE PROFISSIONAL	QUANTIDADE
Médico Clínico	1
Médico da Estratégia de Saúde da Família	4
Cirurgião dentista - clínico geral	1
Cirurgião dentista – protesista	1
Cirurgião-dentista da estratégia de saúde da família	2
Enfermeiro	7
Enfermeiro da estratégia de saúde da família	4
Enfermeiro obstétrico	1
Assistente Social	1
Farmacêutico	2
Fisioterapeuta geral	2
Fonoaudiólogo	1
Nutricionista	1
Psicólogo Clínico	1
Biomédico	1
Auxiliar de enfermagem	13
Auxiliar de enfermagem da estratégia de saúde da família	3
Técnico de enfermagem	44
Técnico de enfermagem da estratégia de saúde da família	26
Técnico em patologia clínica	2
Técnico em radiologia e imanologia	2
Agente comunitário de saúde	96
Agente de saúde pública agente de saneamento	7
<i>Total</i>	<i>223</i>

Fonte: Ministério da Saúde - Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde do Brasil - CNES / DATASUS, 2020.

Em se tratando de leitos disponíveis, observa-se 23 leitos de internação, sendo, portanto, 0,68 leitos por mil habitantes, ou seja, um nível de oferta de internação bem abaixo do considerado adequado pela OMS (4 leitos/1.000 habitantes).

TABELA 3 - QUANTIDADE DE LEITOS DE INTERNAÇÃO POR ESPECIALIDADES EM GURUPÁ - OUT/2020

LEITOS DE INTERNAÇÃO POR ESPECIALIDADES	QUANTIDADE
Cirúrgicos	1
Clínicos	12
Obstétrico	4
Pediátrico	6
Total	23

Fonte: Ministério da Saúde - Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde do Brasil - CNES / DATASUS,2020.

De forma geral, a percepção dos atores entrevistados sobre a rede de saúde de Gurupá é mais negativa. A alta demanda, o número insuficiente de profissionais e a carência de especialistas para atender a população foram citados como grandes desafios. Essa realidade é ainda mais complexa para as populações ribeirinhas.

O maior desafio é a demanda, porque o ideal seria que eu conhecesse todos os meus pacientes, mas o fluxo é extremamente grande. A gente atende em média 10 pacientes, inícios de pré-natais, cerca de 250 pacientes diferentes por mês. (Profissional de Saúde)

Tem insuficiência de profissionais, tem só 5 médicos na cidade para uma população de 32 mil habitantes. Nós temos cerca de 12 mil prontuários, a demanda é muito alta, são quase 6 mil pacientes por médico. (Profissional de Saúde)

Nossa população é muito extensa, fica muito acarretado de pessoas querendo atendimento e não consegue. (Profissional de Saúde)

Médicos especialistas são onerosos para a folha de pagamento do município, o que dificulta a contratação, mesmo que seja com atendimento periódico. A rede de saúde não conta com assistente social, neste caso o serviço da Secretaria de Assistência Social é acionado em virtude das necessidades da saúde.

Os membros dos grupos focais de famílias e adolescentes reclamaram do atendimento, ressaltaram a necessidade de um acolhimento mais humanizado.

Outra fragilidade bastante ressaltada é a infraestrutura precária dos equipamentos de saúde. De forma particular, o Hospital de Gurupá é uma construção antiga, que data de 1975, e até o momento não foi reformado. Houve relatos que o hospital tem muito carapanã/pernilongo, formiga e chegou a ser visto baratas no equipamento. Atualmente, há necessidade de reforma, ampliação e climatização do estabelecimento.

O hospital e a saúde são ruins. O hospital está quase caindo, só a fachada está bonita. Sai de lá pior do que entra. (Adolescentes)

O município não tem CAPS. Na verdade o projeto para implantação está finalizado, mas não conseguiu ser implementado, pois com a pandemia os recursos precisaram ser realocados. Também faltam exames laboratoriais básicos, medicamentos e recursos de uma forma geral. Diante desse contexto, o gestor já chegou a solicitar liberação de mais verba para a saúde junto ao governo federal.

Somos carentes. Já ficamos sem oxigênio. (Profissional de Saúde)

Ainda que várias dificuldades tenham sido ressaltadas pelos entrevistados, também foram mencionados alguns pontos positivos nos serviços de saúde: (i) inauguração da Unidade Básica de Saúde do Ajó, localizada na estrada de Tucuruí, para atendimento da população que transita pelo rio; (ii) processo de implantação da UBS Fluvial que atualmente funciona como testagem e (iii) aquisição de equipamentos - mesa cirúrgica, ultrassom e raio-x.

A gente trabalha com o básico, não temos uma mega estrutura, mas também não somos tão carentes de recursos. Temos uma equipe boa, mas sempre vamos precisar de mais profissionais porque as demandas são muitas. Acredito que a gente consegue sim dar o atendimento adequado. (Profissional de Saúde)

Além da melhoria física da rede de saúde, também foi citado o Programa Bolsa Família como um importante incentivo para o acompanhamento mais de perto da saúde da criança e da frequência escolar. Por se tratar de condicionalidades¹ do Programa, os pais têm maior atenção para o cumprimento, uma vez que a falta de acompanhamento compromete o recebimento do benefício.

Rede de atendimento da Política de Saúde às crianças e adolescentes

Em Gurupá o atendimento à saúde das crianças e adolescentes não é prioritário, uma vez que o município segue a orientação do Ministério da Saúde em que se preconiza o atendimento de idosos, gestantes e deficientes. Em alguns equipamentos de saúde, há dia específico para atendimento do público infanto-juvenil.

Somente lidamos com as prioridades legais, que são os idosos e gestantes. Criança não entra como prioridade. Vai de quem está à frente do serviço no momento, considerá-la como prioridade. O próprio usuário não respeita o direito de prioridade; acha ruim quando é necessário praticar a prioridade legal (Gestor).

O município desenvolve o Programa de Atenção Integrada às Doenças Prevalentes na Infância, voltado ao atendimento de crianças de zero a cinco anos. O Programa tem por objetivo reduzir a morbi-mortalidade infantil a partir do atendimento das doenças de maior prevalência na infância. Há o acolhimento da criança e família, a identificação e compreensão do problema e, também, a proposição de procedimentos eficazes. O atendimento da criança é feito de forma integrada, não, sendo, portanto, restrito ao motivo inicial da consulta.

No município, há defasagem de atendimento em relação à atual demanda de crianças e adolescentes, sobretudo em relação ao público mais novo em que a procura é maior. Eles são atendidos por clínicos gerais e enfermeiros, por falta de pediatra.

Enfermeiros fazem a primeira consulta, atuam no desenvolvimento psicomotor da criança e na vacina. (Gestor)

¹ As condicionalidades do Programa Bolsa Família são: frequência escolar de 85% para crianças e jovens de 6 a 15 anos, é preciso manter a vacinação em dia, fazer o acompanhamento nutricional das crianças menores de 7 anos e o pré-natal nas gestantes.

Principais Desafios na saúde

Natalidade

A taxa de natalidade, juntamente com outros indicadores demográficos, tais, como: taxa de mortalidade, taxa de envelhecimento, expectativa de vida, dentre outros são indicadores de desenvolvimento humano do território. Esses indicadores são medidos síntese de grande auxílio para a compreensão da dinâmica populacional.

A taxa bruta de natalidade (TBN) considera o número de crianças nascidas vivas durante um ano específico e a população total deste mesmo ano. Ela depende da intensidade com que as mulheres têm filhos a cada idade, do número das mulheres em idade fértil, em relação à população total, e da distribuição etária relativa das mulheres dentro do período reprodutivo. De forma geral, taxas altas de natalidade são típicas de populações com estrutura jovem e mortalidade infantil elevada. Por outro lado, taxas de natalidade baixas são características de populações com estrutura etária mais envelhecida.

Os dados públicos sobre a Taxa Bruta de Natalidade (TBN) no município revelam um crescimento de 36 para 42 nascidos vivos por mil por mil habitantes entre 2010 e 2018, o que corresponde a um aumento de 14%.

A análise das condições de fecundidade de uma população, apenas pela TBN é muito restrita, a análise de taxas específicas de fecundidade² (TEF) e principalmente a taxa de fecundidade total³ (TFT) possibilitam uma melhor avaliação da dinâmica populacional de uma localidade. No entanto, não existem dados públicos oficiais e recentes sobre a TEF e TFT de Gurupá.

O último dado disponível em relação a TFT é do Censo 2010. Para esse período foi observada uma média de 3,37 filhos por mulher ao final de seu período reprodutivo. A TFT de Gurupá é mais próxima das taxas observadas em São Sebastião da Boa Vista (3,49) e Breves (3,32). O número médio de filhos por mulher nessas localidades é maior que a taxa observada para o estado do Pará (2,5).

Gravidez entre crianças e adolescentes

A gravidez na adolescência deve ser tratada como uma gestação de alto risco devido a repercussões sobre a mãe e o recém-nascido, além de acarretar problemas sociais e biológicos. A gravidez na adolescência pode acarretar consequências emocionais, sociais e econômicas para a saúde da mãe e seu filho e ocorre no extremo inferior da vida reprodutiva que é dos 10 aos 19 anos de idade. Na faixa etária dos 10 aos 12 anos pode-se considerada como gravidez na infância.

² Taxa específica de fecundidade (TEF) por idade da mulher é estimada pelo número de nascimentos vivos tidos por uma mulher, em uma determinada faixa etária e o número de mulheres nesta mesma faixa etária.

³ Taxa de fecundidade total (TFT) corresponde ao número médio de filhos que uma mulher teria ao terminar o período reprodutivo.

O Brasil apresenta um dos maiores índices de adolescentes grávidas se comparado aos países da América Latina e Caribe. Porém, o Ministério da Saúde indica que houve uma redução de 40% no número de mães entre 15 a 19 anos, no período de 2000 a 2018. Entre adolescentes menores de 15 anos a queda é de somente 27%.

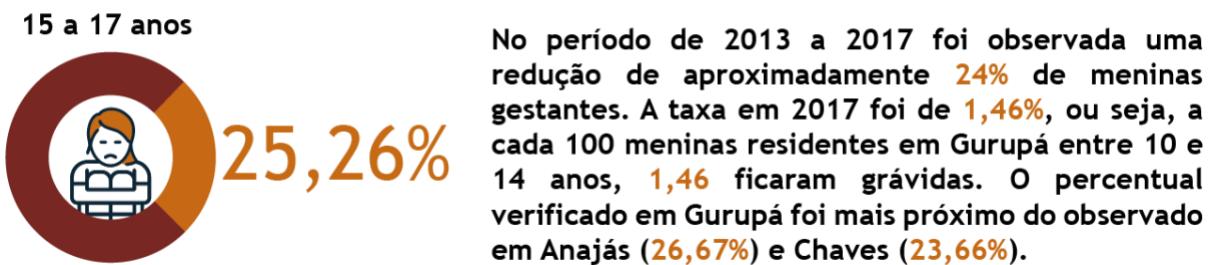
A gravidez precoce está entre as pautas mais recorrentes quando se diz respeito à violação de direitos entre crianças e adolescentes em Gurupá.

Nosso maior índice de paciente é gestante, são muitas grávidas, tanto da cidade quanto das áreas ribeirinhas, tem bastante gestante adolescente. (Profissional de Saúde)

Atendi uma criança de 12 anos no pré-natal. (Profissional de Saúde)

No período de 2013 a 2017 foi observada uma redução de aproximadamente 24% de meninas gestantes. A taxa em 2017 foi de 1,46, ou seja, a cada 100 meninas residentes em Gurupá entre 10 e 14 anos, 1,46 ficaram grávidas. Em 2017, a taxa de gravidez entre adolescentes de 15 a 17 anos foi igual a 25,26%. O percentual verificado em Gurupá foi mais próximo do observado em Anajás (26,67%) e Chaves (23,66%).

Taxa de gravidez entre crianças e adolescentes em 2017



É importante salientar que a gravidez nesta faixa etária é provocada tanto por vivências sexuais consentidas quanto por situações de abuso e exploração sexual. O casamento infantil é outro fator que contribui para o aumento de casos de gravidez precoce.

A violação dos direitos da criança já começa no meio familiar quando eu vejo uma adolescente de 14 anos casada, com 2, 3 filhos, e o pai e a mãe sabendo, sem estudo, aí já foi totalmente violado o direito dessa adolescente. (Profissional de Saúde)

O Brasil é o quarto país no mundo com o maior número de uniões de meninas. Está atrás de Índia, Bangladesh e Nigéria. Além disso, o Brasil também está entre os cinco países da América Latina e Caribe com maior número de registros de casamentos infantis (Dados do Unicef, 2019). Os dados oficiais provenientes da Estatística do Registro Civil de 2019 registraram 5 casamentos com menores de 18 anos em Gurupá. Isso significa que a grande maioria das uniões precoces são informais, ou seja, sem registro em cartório. De forma geral, pode-se concluir que esse fenômeno no Brasil é marcado pela informalidade, pela pobreza e busca por melhores condições de vida, como por exemplo, fugir de situações de violência e de abuso sexual que ocorrem no âmbito familiar. A erradicação do casamento infantil faz parte dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (ODS 5 - Igualdade de Gênero: em que uma das metas é eliminar todas as práticas nocivas, como os casamentos prematuros, forçados e de crianças e mutilações genitais femininas). No Brasil, a meta prevê o fim da prática até 2030.

Crianças e adolescentes grávidas podem favorecer o aumento do número de abortos, mortalidade materna⁴, e mortalidade neonatal ao buscarem interromper a gravidez por meio de remédios ou ida às clínicas clandestinas. Essa realidade é ainda mais frágil quando se trata de gravidez fruto de vivências sexuais não consentidas.

Diante dessa realidade, a criação de programas de orientação e prevenção de gravidez na infância e adolescência são iniciativas importantes para transformar a realidade das meninas e adolescentes locais. Por exemplo, o município aderiu ao Programa Saúde na Escola⁵ (PSE), que, atualmente, as atividades estão suspensas devido à pandemia Covid-19. No Programa são abordados temas como: drogas, DST's na adolescência e métodos contraceptivos.

Outro ponto relacionado à prevenção refere-se à própria cultura local, em que se precisa realizar um trabalho de conscientização sobre o desenvolvimento infanto-juvenil e as consequências da gravidez durante esse período da vida, não só com as crianças e os adolescentes, mas com a população de forma geral. Além disso, tais programas precisam incluir discussões sobre os projetos de vida e perspectivas de futuro desses sujeitos em desenvolvimento.

Atendo muitas adolescentes grávidas para o pré-natal. Isso acontece muito pela falta de informação, não se fala sobre sexualidade nas escolas e nas famílias. Tem que instruir as jovens sobre educação sexual. (Profissional de Saúde)

Eu recebo meninas de 14 anos grávidas, isso me quebra, tem uma resistência grande em se falar sobre isso, em fazer orientação sexual nas escolas, a falta de acesso à Educação, de acesso à informação. (Profissional de Saúde)

Durante a gestação, é de suma importância a realização do pré-natal para a prevenção e diagnóstico precoce de morbidades maternas e fetais.

Auxiliar as gestantes para que tenham uma boa gestação, um bom parto. A gente trabalha para evitar óbitos de bebês e gestantes. (Profissional de Saúde)

A orientação do Ministério da Saúde é que sejam realizadas no mínimo seis consultas de pré-natal. Em 2017, 31% de nascidos vivos em Gurupá tiveram pelo menos sete consultas de pré-natal. Sendo que a taxa de consultas teve um aumento expressivo, 142,18%, no período de 2013 a 2017.

⁴ Não foram encontrados dados disponíveis para mortalidade materna de Gurupá em 2017. O dado mais recente refere-se a 2016 em que o índice foi de 135,87 óbitos maternos por cem mil nascidos vivos de mães de todos os grupos etários (Elaboração: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Pnud Brasil, Ipea e FJP, 2020).

⁵ O Programa Saúde na Escola (PSE) é uma política intersetorial entre a saúde e a educação instituída pelo Governo Federal. De acordo com o que é preconizado pelos Ministérios da Saúde e da Educação, o PSE deve atuar nas escolas municipais e estaduais atuar em cinco componentes básicos, a saber: avaliação da situação da saúde dos estudantes das escolas públicas; promoção da saúde e atividades de prevenção; educação permanente e capacitação dos profissionais da saúde, da educação e também a capacitação de jovens; monitoramento e avaliação da saúde dos estudantes; e monitoramento e avaliação do programa.



**6 consultas de pré-natal é o mínimo que
recomenda o Ministério da Saúde**

Em 2017, apenas **31%**
dos nascidos vivos tiveram
pelo menos **sete** consultas

Em um período de **4 ANOS**
(2013 a 2017) teve um aumento expressivo **142,18%**

É importante intensificar o cuidado com a saúde da gestante.

Entre as crianças e adolescentes é mais comum que o acompanhamento seja menor do que das demais gestantes, o que reflete em um menor número de consultas devido aos índices mais elevados de não comparecimento. Esse tipo de consulta exerce também um caráter informativo ao preparar a grávida para o nascimento e os primeiros cuidados com o recém-nascido. Nesse sentido, o pré-natal para o público infanto-juvenil é ainda mais necessário devido aos riscos que uma gravidez nesta faixa etária pode ocasionar e por ser, também, um momento de aprendizado.

As consultas de pré-natal são realizadas na sede do município. Neste momento as gestantes recebem orientação sobre a primeira consulta do bebê, que deve ser realizada pouco tempo após o nascimento. No primeiro atendimento médico, os recém-nascidos são vacinados, sendo feito o encaminhamento para as imunizações futuras. Na segunda consulta, as crianças já são encaminhadas para as especialidades médicas. Ou seja, busca-se realizar um trabalho preventivo em torno da saúde da criança. No entanto, segundo os profissionais da saúde, muitas mães optam pelo atendimento quando há acometimento de alguma morbidade.

A saúde da família é um atendimento primário para evitar que ocorram doenças mais graves, mas as mães não pensam assim, a população não pensa assim. (Profissional de Saúde)

Por fim, um ponto de destaque é a Associação das Parteiras Tradicionais do Município de Gurupá. Atualmente, a instituição possui aproximadamente 160 sócias parteiras. O trabalho das parteiras é um trabalho domiciliar. Normalmente, elas permanecem em média 8 dias na casa da família. As parteiras acompanham o trabalho de parto e o momento do nascimento. Além disso, auxiliam nos primeiros cuidados com o recém-nascido (amamentação, umbigo, cólicas, higiene de forma geral). A associação não possui recursos para ajudá-las no trabalho desenvolvido. Geralmente, os custos são arcados pelas próprias parteiras e pelas famílias das gestantes. O auxílio da Secretaria de Saúde é bem pontual, fornecem material básico para as parteiras (álcool 70%, algodão, toucas e luvas).

Após o nascimento, um dado que é muito importante sobre as condições de saúde do recém-nascido refere-se ao peso. O peso considerado normal para um bebê ao nascer varia entre 2.500 a 4.200 gramas.

Observa-se um aumento de aproximadamente 22% de nascidos vivos com baixo peso ao nascer em Gurupá no período de 2013 a 2017. A taxa alcançada pelo município (7,41%) foi relativamente próxima do no cenário estadual (7,57%) e nacional (8,49%).

Ainda em se tratando da saúde do bebê e do seu desenvolvimento saudável até a vida adulta a atenção com o calendário vacinal é um ponto que merece destaque, que será abordado a seguir.

Crescimento saudável: imunização, saúde bucal e prevenção à desnutrição

O Programa Nacional de Imunizações (PNI) oferece atualmente 18 vacinas para crianças e adolescentes. A vacinação é uma das medidas fundamentais de prevenção contra doenças graves, como, por exemplo: sarampo, caxumba e rubéola, sobretudo entre as crianças, porque as defesas imunológicas delas estão em processo de desenvolvimento, tornando-as mais suscetíveis às doenças virais e bacterianas. Portanto, o fato de não imunizar as crianças faz com que elas fiquem desnecessariamente vulneráveis.

Há uma tendência de queda, de aproximadamente 14%, da cobertura vacinal em Gurupá entre 2010 e 2019. O declínio da imunização também é verificado no Pará (20,12%) e em menor proporção no Brasil (1,63%). Em 2019, a taxa de cobertura total em Gurupá foi de 74,46%, ficando próxima à Anajás (78,24%) e Bagre (74,25%).

No processo de escuta dos atores foi mencionado a dificuldade no cumprimento do calendário vacinal em 2020, em virtude da pandemia. Por isso, foi alcançada 50% da meta pactuada para a imunização (meta de 90%).

A desnutrição é uma realidade bastante presente no município. Muitas refeições são baseadas no açaí, além disso, é comum as crianças frequentarem à escola em busca de alimentação.

Por fim, o serviço odontológico foi bem avaliado pelos adolescentes, apesar da demora para marcação da consulta. Como já exposto anteriormente, Gurupá aderiu ao Programa Saúde na Escola, mas este se encontra suspenso por causa da pandemia. No entanto, os adolescentes participantes do grupo focal desconhecem a execução do PSE.

Doenças prevalentes e Internações hospitalares

O saneamento é um remédio eficaz para inúmeras morbidades (diarreias, hepatite A, verminose, esquistossomose, leptospirose) que afetam a população e sobretudo as crianças menores. Além disso, a água poluída favorece a proliferação do mosquito Aedes aegypti e surtos de doenças como dengue, febre chicungunha e zika vírus. O saneamento ambiental inadequado no município foi responsável por 3,5% das internações hospitalares em 2017.

A ausência de água encanada e a sua baixa qualidade foram citadas pelos entrevistados como uma das vulnerabilidades de Gurupá. Os profissionais de saúde atendem bastante casos de crianças com disenteria, diarreia, verminose, vômitos e febre. Em 2010 e 2019, por exemplo, as doenças infecciosas e parasitárias estiveram entre as causas mais comuns de internações hospitalares entre menores de 10 anos (ver Tabela 4).

Para este mesmo período, as causas mais frequentes de internações hospitalares na faixa etária de 10 a 19 anos foram devido à gravidez, parto e puerpério. Depois foram os motivos relacionados às lesões, envenenamentos e algumas outras consequências de causas externas que apresentaram um quantitativo bem inferior.

TABELA 4 - INTERNAÇÕES INFANTO-JUVENIL POR LOCAL DE INTERNAÇÃO SEGUNDO CAPÍTULO CID 10: GURUPÁ - 2010 E 2019

CAPÍTULO CID-10	ABAIXO DE 10 ANOS		10 A 19 ANOS	
	2010	2019	2010	2019
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	134	111	18	19
III. Doenças do sangue e dos órgãos hematopoiéticos e alguns transtornos imunitários	-	1	1	-
IV. Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	-	1	-	1
VI. Doenças do sistema nervoso	1	2	1	-
IX. Doenças do aparelho circulatório	1	-	1	-
X. Doenças do aparelho respiratório	118	120	8	7
XI. Doenças do aparelho digestivo	-	4	11	8
XII. Doenças da pele e do tecido subcutâneo	-	3	1	-
XIII. Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo	1	1	2	2
XIV. Doenças do aparelho geniturinário	6	14	16	18
XV. Gravidez parto e puerpério	-	-	113	175
XVI. Algumas afecções originadas no período perinatal	1	4	-	1
XVIII. Sintomas, sinais e achados anormais de exames clínicos e de laboratório, não classificados em outra parte	-	9	2	1
XIX. Lesões, envenenamentos e algumas outras consequências de causas externas	13	23	23	29
Total	273	214	313	265

Fonte: Ministério da Saúde - Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS) / DATASUS, 2020.

Os dados sobre as causas das internações corroboram as percepções dos atores entrevistados, quando apontam a questão do saneamento básico inadequado como responsável não só pelas doenças recorrentes entre as crianças, como, também, um dos principais motivos pelas internações desse público. Já entre as adolescentes, a questão da gravidez precoce é que acaba sendo o fator preponderante pela ocupação dos leitos de internação. Os profissionais de saúde, também, ressaltaram a depressão pós-parto como algo comum entre as mães jovens.

Temos muito aqui a depressão pós-parto, o parto é algo traumatizado. Temos muitas meninas que ficam traumatizadas, e ficam frustradas o resto da vida. (Profissional de Saúde)

Um outro ponto destacado pelos entrevistados está relacionado à saúde e ao bem-estar de crianças e adolescentes, no contexto da pandemia. O isolamento e o distanciamento social afetaram diretamente o convívio social do público infanto-juvenil. Ao mesmo tempo ao permanecerem mais em casa, o contato com os familiares foi intensificado, o que por sua vez tem ocasionado mais desentendimentos. Diante

desse contexto, uma das consequências percebidas entre os profissionais de saúde foi o crescimento de casos de transtorno alimentar. Situações de ociosidade que favorecem a maior ingestão de alimentos ou por outro lado a restrição alimentar em situações de depressão, levando, por vezes ao suicídio, como já verificado em Gurupá.

Casos de depressão, fora do contexto de Covid-19, são percebidos como algo frequente no município. Diante dessa realidade, os adolescentes pesquisados mencionaram a necessidade de psicólogos no município. Na verdade, eles desconhecem a presença de profissional no CRAS e no CREAS.

A gente precisa de psicólogo para conversar com as pessoas que tem problema, porque muitas pessoas possuem depressão. (Adolescentes)

Taxas de mortalidade

Taxas de mortalidade são indicadores importantes para avaliar a qualidade de vida da população. A Taxa Bruta de Mortalidade⁶ (TBM) expressa a frequência anual de óbitos em uma localidade específica. Taxas elevadas revelam um contexto de políticas de saúde ineficientes e saneamento básico inadequado. Em que grande parcela da população vive em situações de extrema pobreza, desnutrição e morbidades. Em contrapartida, taxas de mortalidade baixa são características de localidade com boa qualidade de vida e expectativa de vida alta. A população tem acesso a vacinas, remédios e serviços de saúde de forma geral.

A TBM em Gurupá aumentou cerca de 27% entre 2013 e 2017. Para o último ano analisado foi observado 2,1 mortes a cada mil habitantes. Taxa inferior à encontrada para o estado paraense (4,8) e para o Brasil (6,3). Os dados brutos de óbitos devem ser analisados com cautela, pois podem estar condicionados à subnotificação de registros de óbitos, sobretudo em áreas de difícil acesso e em contextos menos desenvolvido, como é o caso dos municípios da Ilha do Marajó.

A mortalidade infantil⁷ (TMI) é um dos principais assuntos nas agendas de saúde pública mundial, faz parte dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS 3 - Saúde e Bem-estar: Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades). No Brasil a meta até 2030 é que a mortalidade de crianças menores de 5 anos seja no máximo 8 por mil nascidos vivos.

O dado mais atual de mortalidade infantil de Gurupá é de 2017 em que foi verificado aproximadamente 11 óbitos de crianças menores de 1 ano por mil nascidos vivos. No período de 2010 a 2017 houve uma redução da mortalidade infantil de 52,56%. Somente através desse dado não é possível explicar se houve uma redução real no número de casos ou se há uma subnotificação de óbitos infantis. De todo modo, há um longo caminho a ser percorrido para reduzir a mortalidade entre crianças.

A mortalidade entre este público é resultado de diversos fatores como: baixa escolaridade e nível de informação da mãe, pobreza, precárias condições de moradia, desemprego, sistema de saúde deficiente, hábitos alimentares inadequados, entre outros, refletindo o nível de desenvolvimento de uma região, e o compromisso de seus

⁶ Número total de óbitos, por mil habitantes, em determinado espaço geográfico, no ano considerado.

⁷ Taxa de mortalidade infantil corresponde ao número de óbitos de menores de um ano de idade, por mil nascidos vivos, em determinado espaço geográfico, no ano considerado.

governantes com a realização e regulamentação de ações básicas e preventivas que possam evitar óbitos infantis.

As principais causas de óbitos para menores de 10 anos são relativas a afecções originadas no período perinatal e causas externas de morbidade e mortalidade. O número de óbitos é bem pequeno entre o público de 10 a 19 anos. As causas de mortes, também, estavam relacionadas a causas externas de morbidade e mortalidade; morbidades do sistema nervoso e doenças infecciosas e parasitárias.

**TABELA 5 - ÓBITOS INFANTO-JUVENIL POR LOCAL DE RESIDÊNCIA E OCORRÊNCIA SEGUNDO CAPÍTULO CID 10:
GURUPÁ - 2010 E 2018**

CAPÍTULO CID-10	ABAIXO DE 10 ANOS		10 A 19 ANOS	
	2010	2018	2010	2018
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	-	-	1	-
III. Doenças sangue órgãos hematopoiéticos e alguns transtornos imunitários	1	-	-	-
VI. Doenças do sistema nervoso	-	-	1	2
X. Doenças do aparelho respiratório	2	4	-	-
XVI. Algumas afecções originadas no período perinatal	11	7	-	-
XVII. Malformações congênitas, deformidades e anomalias cromossômicas	1	2	-	-
XVIII. Sintomas, sinais e achados anormais de exames clínicos e de laboratório, não classificados em outra parte	1	2	-	-
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	6	4	-	5
Total	22	19	2	7

Fonte: MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM / DATASUS,2020.

A mortalidade por causas externas refere-se a quaisquer tipos de acidentes, lesões autoprovocadas intencionalmente, agressões, homicídios, suicídios dentre outros. Os dados mais recentes para as quatro taxas de mortalidade relacionadas a causas externas (taxa de mortalidade por acidente de trânsito, suicídio, agressão e homicídio) estimadas pelo Atlas Brasil para o município de Gurupá é referente a 2017, exceto os dados sobre acidente de trânsito e suicídio que a informação mais atual é de 2016. Nota-se que os maiores percentuais observados foram para os óbitos causados por homicídio e agressão, ambos com 15,4%.

Uso de álcool e drogas

Os dados relativos ao uso de álcool e drogas são menos disponíveis em meios oficiais na sua forma mais detalhada. Diante disso, em muitos casos as informações podem não refletir a realidade em si. Levando em consideração essas particularidades, vale destacar que as análises feitas em relação a drogadição e o uso de bebidas alcoólicas estão embasadas, sobretudo, nas percepções dos atores entrevistados.

O uso de álcool e drogas foi considerado um grande desafio enfrentado pelos adolescentes e jovens de Gurupá. Sendo, portanto, uma realidade muito recorrente no município.

Tivemos o óbito de um rapaz novo de 18 anos, por overdose e logo depois, outro ficou cego. (Gestor)

Usam droga e bebida direto na Praia do Coqueiro. Quase todo dia tem festa lá. (Adolescentes)

Os trechos acima revelam, portanto, o envolvimento expressivo de adolescentes e jovens com bebidas e drogas. Por outro lado, nas abordagens realizadas pelos profissionais do CREAS em 2017 não foram identificados casos de crianças ou adolescentes usuárias de crack ou outras drogas (Dados do RMA,2017). Esse dado contrasta totalmente com a percepção dos atores entrevistados. Na verdade, essa informação revela em certa medida a necessidade de mais serviços de abordagem e de prevenção/orientação em Gurupá. Além de ações mais efetivas pelos órgãos responsáveis. Sendo isso, um dos anseios expressados no grupo de familiares:

Os Conselheiros Tutelares poderiam reter os jovens, chamar os pais e pedir que eles assinem um documento se comprometendo a não mais fazer isso. (Familiares)

Deveria ter toque de recolher. Alguns pais não conseguem mais manter seus filhos dentro de casa. (Familiares)

A falta de oportunidades de emprego, a carência de opções de lazer e a ociosidade foram citados como os principais fatores que contribuem para o consumo de bebidas alcoólicas e a drogadição. Diante desse contexto, os familiares sentem a necessidade de ações voltadas para a ocupação dos jovens, como, por exemplo, cursinhos e programas de inserção no mercado de trabalho.

Potencialidades e iniciativas de destaque

A cobertura vacinal foi mencionada pelos públicos da pesquisa como umas das potencialidades de Gurupá.

A saúde de Gurupá é muito eficaz na questão de vacinação. A vacinação de crianças e adolescentes, eu vejo como uma boa prática. (Profissional de Saúde)

A gente fazia palestras e levava a vacina. É uma parceria do Ministério da Saúde com as escolas. (Profissional de Saúde)

A ampliação da estrutura física da rede de saúde e a aquisição de aparelhos foram outros avanços apontados:

A finalização da Unidade (obra) do Ajó e a equipagem do local, com a implementação do serviço foi o maior avanço. (Gestor)

O trabalho realizado pela Associação das Parteiras Tradicionais do Município de Gurupá é outro ponto de destaque. Além do acompanhamento durante o trabalho de parto, no momento do nascimento e com o bebê, há uma parceria entre a Associação e a Secretaria de Saúde para a emissão da Declaração de Nascido Vivo. Trata-se de documento básico para emissão da Certidão de Nascimento do recém-nascido. As parteiras, quando fazem um parto, anotam o nome da criança informado pela família e entregam para a Associação. Essa por sua vez preenche formulário com o dia, data e hora do nascimento da criança. A Associação vai até o hospital para emissão do Nascido Vivo, documento que é encaminhado para o cartório.

Condições de Educação

Características gerais

No município de Gurupá, entre as pessoas de mais de 10 anos, 24% não eram alfabetizadas, segundo os dados do Censo Demográfico 2010, valor que pode ser considerado alto comparado ao Brasil e ao Pará, em que a taxa de analfabetismo era de 9% e 11%, respectivamente, no mesmo ano. Essa alta proporção de não alfabetizados reflete em um baixo grau de instrução. De acordo com o Censo, 82% dos moradores com 25 anos ou mais não possuíam instrução ou tinham o ensino fundamental incompleto, 8% o fundamental completo ou médio incompleto, 9% tinham ensino médio completo ou superior incompleto e apenas 1% possui o ensino superior completo.

Ainda segundo dados de 2010, 41% das crianças de 4 anos estavam frequentando a escola, valor relativamente baixo, considerando que essa deveria ser a idade de inserção das crianças no ensino público. Aos 6 anos, o percentual de crianças na escola chega a 71%. Entre as idades de 11 a 14 anos, esse percentual é de 84%. Já entre os jovens de 15 a 19 anos, o percentual que estava frequentando a escola cai para 71%.

Dados do Censo Escolar mostram que, em 2019, havia 2.131 crianças matriculadas na educação infantil, 6.610 nos anos iniciais e 4.407 nos anos finais do ensino fundamental, e 1.279 no ensino médio. Em relação a 2010, houve aumento no número de matrículas em todos os segmentos de ensino, ano em que o número de matrículas era de 1.552 na educação infantil, 6.296 nos anos iniciais e 2.587 nos anos finais do ensino fundamental e 1.155 ensino médio. O número de escolas no município diminuiu entre 2010 e 2019, passando de 179 para 114 escolas no período (Censo Escolar, 2010 e 2019). A maior parte delas é da rede municipal (99%) e está localizada na área rural (92%).

Segundo informações coletadas no trabalho de campo, há cerca de 48 profissionais atuando na Secretaria de Educação. Há, em média, 10 a 11 mil alunos em Gurupá. Existe um Plano Municipal de Educação, mas, de acordo com um dos gestores entrevistados, ele não é executado. Um dos desafios é justamente tirá-lo do papel e cumprir as metas que não foram atendidas. Atualmente, o Conselho Geral de Educação está ativo.

Principais Desafios na educação

A área de educação em Gurupá enfrenta grandes desafios, conforme apontam os diversos atores que participaram das entrevistas e dos grupos focais realizados no município.

Um deles é a recente troca de gestores municipais. A secretaria de educação, por exemplo, estava no cargo há apenas 3 meses, enquanto o prefeito estava há menos de um ano, no momento de realização das entrevistas. Essas mudanças acabam influenciando na estruturação e continuidade das ações.

Eu peguei tudo atrapalhado, a gente está regularizando para que possamos voltar a receber os recursos. Nenhum fornecedor queria vender merenda, produtos de limpeza, os alunos iam para escola e não tinham o que comer, não tinha gasolina para levar os alunos para a aula, para uma ambulância. Gestor municipal

A infraestrutura das escolas também é um desafio no município. A maior parte das mesas e cadeiras está quebrada, não há ar-condicionado ou climatização nas salas ou, quando há, não está funcionando, paredes rabiscadas, algumas escolas inundam na época de chuvas. Ou seja, são frequentes problemas na estrutura e conservação das escolas. Além disso, as salas são consideradas pequenas para a quantidade de alunos que comporta, de forma que algumas ficam superlotadas. O material pedagógico do ensino infantil e o material didático são considerados insuficientes. Na área rural, as condições parecem ser ainda mais precárias.

Outro ponto citado nas entrevistas é a defasagem de atendimento. Há grandes diferenças no atendimento rural e urbano, de modo que, na sede, a rede de ensino é mais estruturada, enquanto no interior há maior defasagem. Existe apenas uma escola que oferta o ensino médio em Gurupá, localizada no centro urbano. Assim, os estudantes do interior têm que se deslocar para a sede para cursar esse segmento de ensino. No entanto, conforme declarado por um dos gestores, está sendo feita uma parceria com o governo estadual para abertura de ensino médio no meio rural. As salas ficam superlotadas porque existem poucas turmas e os relatos apontam que há turmas com 50, 70 alunos na mesma sala. Os estudantes declaram que também no ensino fundamental as salas estão lotadas. Na zona rural, há ainda falta de vagas na educação infantil.

Em relação à superlotação das salas, os dados do Inep sobre a média de estudantes por turma corroboram essas percepções. Entre 2010 e 2019, houve aumento no número médio de estudantes por turma na educação infantil e nos anos iniciais e finais do ensino fundamental, passando de 16,5 para 20,8, 19,0 para 22,7 e 19,3 para 25,9, respectivamente. No ensino médio, houve diminuição da média de alunos por turma, de 41,3 para 37,6, entre 2010 e 2019. Apesar da queda, ainda é um número elevado de estudantes em uma única sala de aula.

O indicador de esforço docente, que mensura o esforço feito pelos docentes da educação básica no exercício de sua profissão, levando em conta o número de escolas em que trabalha e o número de turnos, etapas e alunos atendidos, complementa essas informações. Ele mostra que, para os anos iniciais do ensino fundamental, 43% dos docentes estão no Nível 1, ou seja, menor esforço docente. Já nos anos finais, a maior parte está no Nível 2 (41%), enquanto, no ensino médio, 58% estão nos níveis 4 e 5 da escala (maior esforço docente), no ano de 2019.

Ainda em relação aos docentes, há relatos de que profissionais sem formação para trabalhar com crianças. Alguns atores escolares apontam que há desinteresse e descaso com a educação infantil. Também é requerido que os professores possam se qualificar mais e serem mais bem remunerados por isso. Há, ainda, demanda por formação ou capacitação na área dos direitos da criança e adolescência. Isso é visto como importante para tratar de temas como violência com esse público.

É preciso ter uma orientação sabe. Eu acho que precisa de uma formação. Os professores precisam ter capacidade técnica de perceber e orientar. Falar sobre a questão de

sexualidade é diferente de falar sobre sexo, temos que ter estratégia. Profissional da área de educação

Em relação à qualificação dos docentes, o indicador de adequação da formação docente expressa quanto a formação deles é compatível para o nível/disciplina de ensino em que atua. Ele é dividido em 5 grupos, em que o grupo 1 diz da relação apropriada entre docência e formação do docente, segundo os dispositivos legais, e o 5 expressa a proporção de docentes que não possuem formação adequada. De maneira geral, há grande adequação da formação docente, especialmente no ensino médio e anos finais do ensino fundamental.

No ensino infantil, 34% dos professores estavam no grupo 5 e 31% no grupo 1, em 2019, mostrando um aperfeiçoamento em relação a 2013, quando 46% estavam no grupo 5. Nos anos iniciais do ensino fundamental, também houve melhoria na qualificação dos professores: 54% dos docentes estavam no grupo 1 em 2019, enquanto em 2013, 46% estavam no grupo 5. Nos anos finais do fundamental, a maior parte estavam no grupo 1, tanto em 2013 como em 2019 (57% e 60%, respectivamente). O mesmo ocorre no ensino médio, com 59% dos docentes no grupo 1 em 2019 e 62% em 2013.

A questão geográfica também impacta na oferta educacional em Gurupá. A maior parte da população se concentra na área rural, mas sua distribuição é bem esparsa. Desse modo, existem localidades muito distantes que não tem acesso à escola.

E tem lugares que são de difícil acesso, só entra quando a maré está alta. Lá as aulas começam muito cedo, porque a maré seca e os alunos ficam sem ter como passar. A nossa região ribeirinha é bem esparsa, as casas são distantesumas das outras, tem poucas vilas. Gestor municipal

As turmas multisseriadas também são desafiantes em Gurupá. Na área rural, as escolas trabalham com alunos com diversas idades e séries em uma mesma sala. Um gestor aponta que há ideias para se criar escolas polos e melhorar a qualidade, mas esbarram no dilema da distância geográfica entre algumas localidades do município.

A situação das crianças e adolescentes com deficiência é preocupação de gestores e familiares. Os relatos indicam que muitos portadores de deficiências não estão na escola, pois não há infraestrutura, recursos humanos e apoio específico para atendê-los. Algumas nunca foram à escola. Segundo um dos gestores, há mais de 200 crianças com deficiência fora da escola.

Existe uma demanda de pais que querem matricular o filho ‘especial’ na escola comum, porque a gente avisa que vamos ter essa inclusão. A gente explica que vamos trabalhar uma inclusão necessária. Hoje temos mais de 200 crianças fora da escola com deficiência. É muita criança. Gestor municipal

Por exemplo, tem uma criança que teve o corpo queimado no barco em um acidente, tem crianças que perderam o cabelo no motor no barco, e elas não frequentam a escola. Elas têm vergonha de se ver no espelho. Temos crianças surdas, mudas, cegas e cadeirantes e não temos como ajudar. Temos uma situação de crianças com deficiências que não são olhadas no Marajó. Tem crianças que nunca foi a uma sala de aula, elas precisam sim ser incluídas. Isso é um desafio. Temos professoras de apoio para crianças especiais, mas ainda não temos uma coisa bem específica. Profissional da área de educação.

Outro desafio no município são a merenda e o transporte escolar. A merenda é considerada de baixa qualidade e não é servida o mês todo, especialmente no interior. Um dos entrevistados declara, inclusive, que na sede há alimentos apodrecendo, desperdício, enquanto há falta nas áreas rurais. Além disso, o transporte para o interior é precário e transporte para as escolas só existe das localidades do interior mais próximas para a sede. As escolas mais afastadas não possuem esse deslocamento.

Tem crianças de 04 anos que chegam à escola e me pedem café, porque estão com fome, e isso me dói muito, mas dói mais quando não tem merenda [na escola]. Eu já cheguei a chorar na escola de ver a situação de chegar a hora da merenda e não ter nada. Eu tinha duas crianças, que eram gêmeos, que chegavam todos os dias sem tomar café e, quando eu fui ver, não era uma questão de a mãe não ter o cuidado, mas sim de não ter. Ela era desempregada e só tinha o dinheiro do governo para sustentar aquela família. Profissional da área de educação.

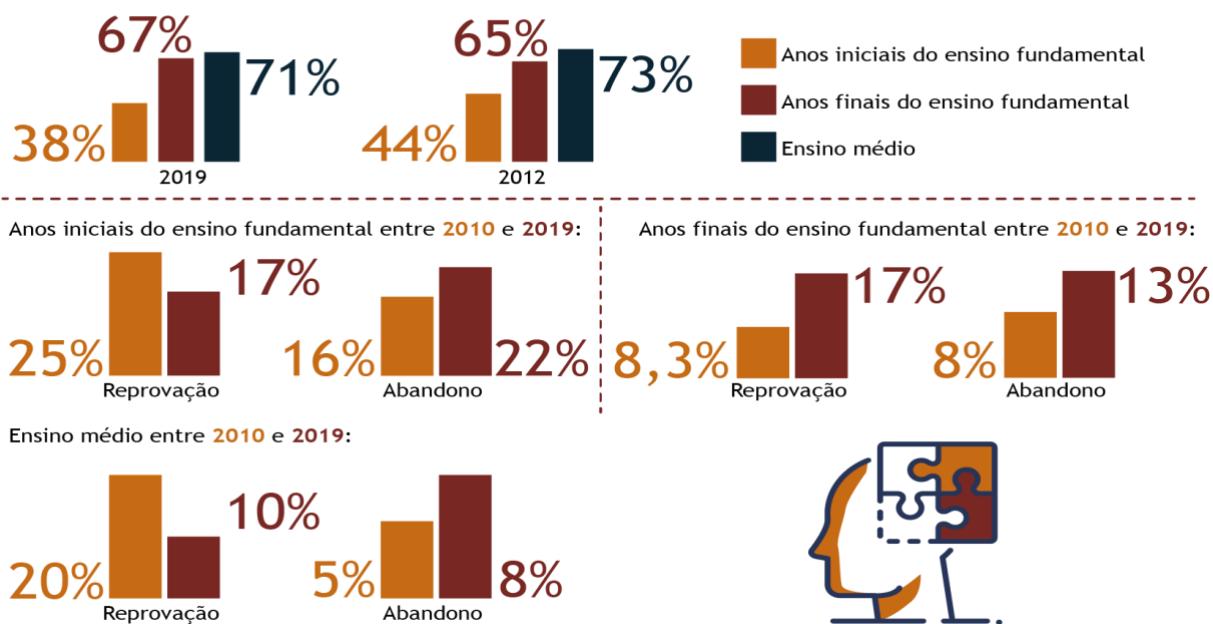
O transporte para o interior é bem difícil, vamos em caçamba de caminhão de lixo. É lavada a caçamba e as pessoas utilizam isso como meio de transporte. Profissional da área de educação.

Um problema importante enfrentado na área de educação em Gurupá, destacado por gestores e atores escolares é a evasão, reprovação e abandono escolar. Eles apontam que, em algumas situações, o trabalho de crianças e adolescentes concorre com a escola, levando a essas situações. A falta de merenda e de materiais também são apontados como motivo para a saída da escola.

Dados do Censo Escolar reforçam essa visão. Nos anos finais do fundamental, a taxa de reprovação dobrou entre 2010 e 2019. A taxa de abandono aumentou para todos os segmentos de ensino. Ainda ligado à questão da aprendizagem e reprovação, a distorção idade-série também é preocupante no município. Apesar de uma pequena queda em relação a 2015, uma grande proporção de alunos ainda apresentava atraso em 2019.

Dados do Censo Escolar

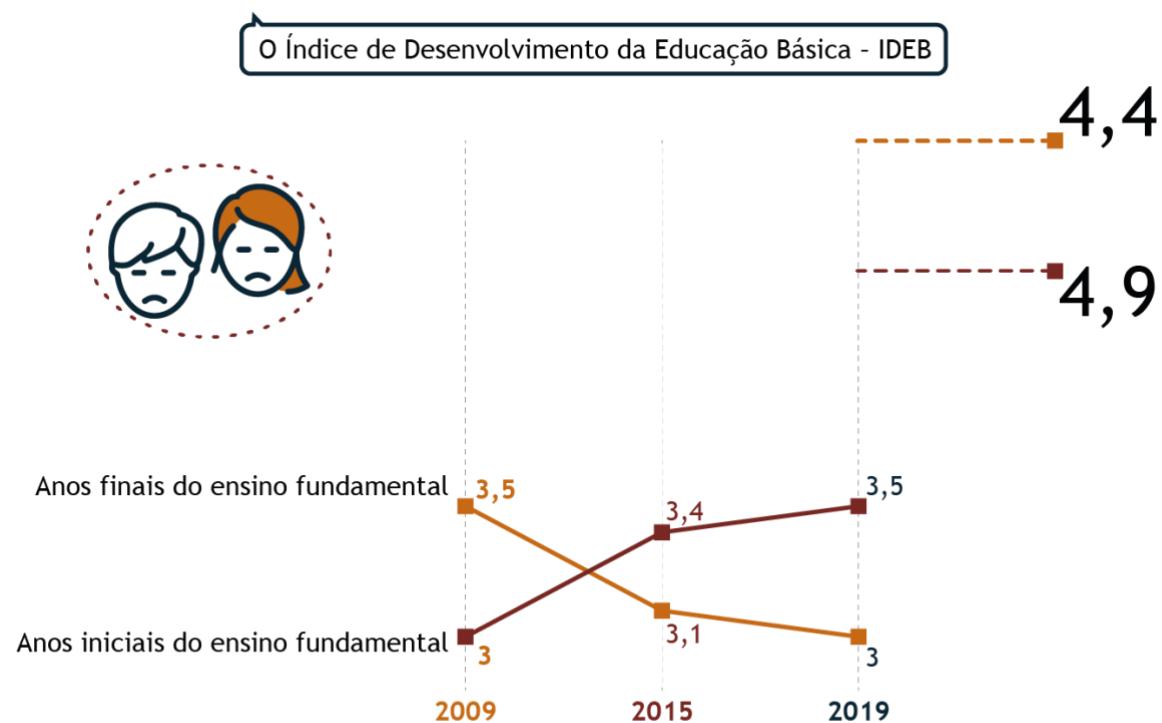
Distorção idade-série (2019 em relação a 2012):



A falta de envolvimento dos pais também aparece como um aspecto desafiante na educação de Gurupá e, em grande medida, guarda relação com a questão do abandono e da evasão. Professores e atores escolares destacam a falta de interesse da família em interagir com a escola, os pais não acompanham a rotina escolar dos filhos nem comparecem à escola quando necessário. Assim, muitos estudantes não encontram apoio dentro de suas próprias casas, de modo que há uma falta de incentivo para o estudo. Outra situação descrita são crianças pequenas que vão para a escola sozinhas, sem que os pais as levem até a entrada da instituição.

O maior desafio é a questão familiar, as questões de classe social, é muita pobreza e não é todo aluno que tem uma estrutura familiar que o estimula a ir para a escola. Profissional da área de educação

Todos esses fatores interferem no desempenho dos estudantes, como demonstra o Ideb. O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica tem sido bastante utilizado como medida da qualidade da educação oferecida no município e agrega medidas de fluxo escolar e de proficiência dos alunos em um índice que varia entre 0 e 10 - quanto maior o valor, melhor são essas dimensões. Nos anos iniciais do ensino fundamental, houve uma leve ascensão no Ideb, enquanto nos anos finais houve queda. As notas ficam muito abaixo da meta estabelecida para o município, em 2019.



Atores escolares e familiares apontam que, no município, é crescente o envolvimento de jovens com as drogas e a criminalidade, além de muitos casos de gravidez na adolescência e bullying nas escolas. Esses fatores também interferem na continuidade dos jovens nos estudos.

Outro dia, eu voltei lá [em uma comunidade] e vi que a maioria dos meus alunos já tem filhos, só uma terminou o ensino médio. É uma realidade triste do nosso município. A comunidade é muito pobre e, quando eles vão para a roça, levam as crianças para trabalhar. As crianças não têm comida direito, eles começam com 7 anos de idade a ir para o mato caçar, a ir pescar. E, como os pais não tem condições, eles fazem o filho trabalhar.
Profissional da área de educação

Assim, os entrevistados indicam a necessidade de criação de políticas para a infância e a juventude. De fato, as entrevistas e grupos focais indicam a falta de perspectiva dos jovens. Eles indicam que há necessidade de melhoria e expansão do ensino médio e criação de ensino profissionalizante no município. Além disso, não há faculdades, especialmente públicas, próximas. Atualmente, quem deseja estudar precisa sair de Gurupá, mas nem todos têm condições. Esses fatores acabam interferindo na autoestima e na determinação dos jovens para continuar os estudos, uma vez que não haveria um objetivo a ser alcançado por eles.

A Saúde e a Educação também não dão suporte de estrutura para que os filhos sejam criados no município. Há uma única escola de ensino médio. O que esse jovem vai fazer? Não temos escolas técnicas e um sistema de ensino para que o aluno possa se preparar para o mercado de trabalho.
Profissional da área de segurança pública

Potencialidades e iniciativas de destaque

Os profissionais da educação apontam a dedicação e o amor pelo exercício da docência como o principal aspecto positivo de seu trabalho. Eles tentam trazer novas metodologias e recursos para motivar o aluno em seu processo de aprendizagem. Assim, estabelece-se um vínculo de respeito e confiança entre docentes e discentes. Na oficina realizada com as crianças, os professores são vistos como alguém que pode aconselhar os estudantes para evitar o abandono escolar e apoiar em caso de violência.

O amor pela minha profissão, alunos e a vontade de fazê-los acreditarem que eles têm um grande potencial que precisa ser descoberto.
Profissional da área de educação

A Secretaria de Educação faz o esforço para que todos os alunos sejam matriculados em escolas próximas de onde reside, especialmente na área rural - exceto no ensino médio, já que há uma única escola ofertando esse nível de ensino e que se localiza na sede urbana. Segundo informações coletadas, está sendo firmada uma parceria com o governo estadual para abertura de vagas de ensino médio no meio rural. Além disso, diante das dificuldades relatadas para a inclusão de pessoas com deficiência nas escolas, está sendo construindo um polo para a educação especial.

Na zona rural, estratégias específicas têm sido adotadas para a educação nessas áreas. Os diretores escolares foram escolhidos por votação popular, inclusive nas regiões ribeirinhas que elegeram diretores locais. Também foi elaborado um plano curricular adaptado para a área rural. Houve, ainda, mudança na forma como a educação é levada para essas localidades, conforme descreve um dos gestores entrevistados:

Como o acesso nas regiões mais remotas do município é difícil, era feito o escolão. Mas, hoje, percebo que o escolão foi um erro, pois as crianças saem muito cedo, às vezes sem comida, e chegam muito tarde em casa, quase desmaiando de fome, porque o trajeto nos barcos demora muito. Então, no próximo ano, vamos mudar a estratégia de educação e

fazer escolinhas; ao invés de trazer os alunos, vamos enviar os professores para as comunidades. Nossa estratégia para o próximo ano será ampliar o número de escolinhas na área rural. Gestor municipal

Foram relatadas algumas iniciativas e ações que merecem ser destacadas. Essas ações são desenvolvidas pelas escolas e Secretaria de Educação, tanto dentro das instituições de ensino como em parceria com outras instituições. Apesar de nem todos saberem descrever bem esses projetos, os entrevistados destacam a importância dessas iniciativas para orientar as crianças e adolescentes.

Parece haver diversas ações conjuntas entre as secretarias. A Secretaria de Agricultura compra do pequeno produtor e entrega os produtos para a Secretaria de Educação/escolas e para a Assistência Social fazerem a merenda. A Secretaria de Educação também trabalha em conjunto com a Secretaria de Assistência Social. A Secretaria de Educação junto à Secretaria de Meio Ambiente está com projeto de começar hortas sustentáveis dentro das escolas. Há, ainda, parceria de cursos profissionalizantes com o SENAI e SENAC.

Professores também desenvolvem estratégias individuais para manter os alunos na escola. Elaboram projetos, confeccionam brinquedos e materiais pedagógicos para as crianças da educação infantil. Na sociedade civil, há referências ao programa Criança Feliz, em que pessoas dão aulas para as crianças e levam material para elas.

Um projeto do CREAS e do CRAS, chamado Super 100, também foi lembrado pelos entrevistados. Em palestras realizadas nas escolas, havia orientações sobre a violência sexual para crianças e adolescentes. Foi desenvolvido, inclusive, um personagem para representar o Disque 100 (disque-denúncia), abordando de maneira lúdica o tema.

As igrejas possuem um papel muito grande no desenvolvimento de projetos sociais e educacionais no município. A igreja católica, através da Pastoral da Criança, faz um trabalho de acompanhamento de crianças e adolescentes, envolvendo a juventude.

Além disso, há os projetos voltados para a área do esporte, como escolinhas de futebol e jiu-jitsu, que buscam tirar as crianças e jovens das ruas e envolvê-las em práticas esportivas e incentivá-las nos estudos.

Situações de Violência

Características gerais

O Estatuto da Criança e do Adolescente refere em seu artigo 5º que:

Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão punido na forma da lei qualquer atentado por ação ou omissão aos seus direitos fundamentais.

Entretanto, crianças e adolescentes são as principais vítimas da violência e, por conseguinte, estão em constante risco social. A violência contra crianças e adolescentes é presenciada em diversos contextos, seja no ambiente familiar, nas escolas, nas ruas, podendo ser manifestada de diferentes formas, não excludentes entre si. A exposição contínua a situações de risco e violência acaba por interferir em todas as dimensões do desenvolvimento infanto-juvenil podendo desenvolver um circuito de sociabilidade marcado pela violência, pelo uso de drogas e pelos conflitos com a lei.

Sob essa ótica, a atenção às vítimas de violência deve se realizar por meio de ações articuladas entre as organizações envolvidas na rede de proteção à infância e adolescência. Esses diversos atores devem atuar de forma a partilhar recursos e informações contribuindo para a integralidade da atenção, defesa, proteção e garantia de direitos das crianças, dos adolescentes e suas famílias em situação de violência.

Um dos instrumentos dos quais o Estado dispõe para assegurar a garantia dos direitos das crianças e adolescentes é a prestação jurisdicional, efetivada através do Sistema de Justiça da Infância e Juventude. No município de Gurupá o Sistema de Justiça é composto pelo Poder Judiciário, Ministério Público, Segurança Pública (Polícias Militar e Civil) e Conselho Tutelar que, articulados e integrando a rede de proteção à criança e ao adolescente, encarregam-se de aplicar a justiça nas situações que envolvam interesses de crianças e adolescentes em conformidade com o ECA.

Nesse momento o município não possui Vara nem Promotoria especializada no atendimento à criança e adolescentes, o Juiz de Direito e o Promotor Público acumulam também os processos da área civil, criminal, registros públicos, eleitoral, dentre outros. Não há Defensor Público em atividade no município.

Na percepção dos profissionais, o atendimento às vítimas ainda se encontra pouco estruturado, sendo insuficiente para a demanda que chega aos serviços. No Fórum, existe uma sala para realização de escuta especializada, entretanto não há uma equipe técnica disponível para esse fim.

Há uma dependência externa para que os procedimentos cheguem ao seu final. Por exemplo: no caso atendido hoje em audiência: processo de alimentos – é preciso que a assistência social faça um estudo técnico para avaliar as condições das crianças num processo de guarda compartilhada. O prazo é de 30 dias, mas nem sempre ou quase

sempre não é cumprido. Não há uma equipe técnica exclusiva para o Fórum. (Sistema de Justiça)

No âmbito da Assistência Social⁸, o município conta com um Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), ofertando o Serviço de Atenção Integral a Família (PAIF). Também são disponibilizados Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes e uma equipe Volante, referenciada ao CRAS, para atendimento às famílias que estão localizadas em regiões ribeirinhas.

Para as situações em que crianças e adolescentes encontram-se com seus direitos violados o município conta com o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) ofertado no Centro Especializado de Referência da Assistência Social (CREAS). A equipe do PAEFI também é responsável pelo acompanhamento de adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas. O Serviço de Abordagem Social conta com uma equipe exclusiva. Ao todo o CREAS conta com 10 profissionais.

Dessa forma, buscando dar visibilidade às questões que permeiam a gestão e a organização do atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência no município de Gurupá serão apresentados dados coletados dos Sistemas de Informação do Sistema Único de Saúde e Assistência Social evidenciando as dificuldades e potencialidades da ação de um trabalho em rede no enfrentamento da violência.

Violência sexual

Para entender a importância de enfrentar a violência contra crianças e adolescentes, é essencial conhecer o contexto e a dimensão dessa questão. Existem fatores de vulnerabilidade que incidem diretamente sobre o problema, aumentando os casos de violação de direitos, dentre os principais estão a pobreza, a exclusão, a desigualdade social e as questões ligadas à raça, gênero e etnia. A falta de conhecimento sobre os direitos da infância e adolescência também contribui para o aumento das violações, bem como o desconhecimento sobre os aspectos psicossociais do desenvolvimento infanto-juvenil.

Vários são os estudos sobre as diversas formas de violações e violências contra crianças e adolescentes realizados em todo o território nacional, mas a real incidência desses fenômenos é difícil de ser conhecida. A disponibilização de dados para mensurar a dimensão da violência contra crianças e adolescentes ainda se apresenta incipiente, seja porque existe uma falta de integração dos órgãos responsáveis, ou pela despadronização dos dados coletados. Estima-se que apenas 10% dos casos de abuso e exploração sexual contra crianças e adolescentes sejam, de fato, notificados às autoridades, segundo a Childhood Brasil⁹.

⁸ As informações disponíveis sobre os organização e execução dos Serviços das Assistência Social foram obtidas a partir do Censo Suas 2019 e Registro Mensal de Atendimento-RMA dos Cras e Creas de 2018 e 2019

⁹ Criada em 1999 pela Rainha Silvia da Suécia, a Childhood Brasil faz parte da World Childhood Foundation (Childhood), instituição que conta ainda com escritórios na Suécia, na Alemanha e nos Estados Unidos. A organização é certificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP).

Por exemplo, no município de Gurupá, em 2018, foram registrados no SINAN¹⁰ 02 atendimentos de violência sexual (estupro), ambos contra crianças e adolescentes. As adolescentes, do sexo feminino, tinham 15 anos e os crimes foram cometidos por desconhecidos das vítimas. Em 2018, o RMA-CREAS relatou 81 inclusões de novos casos para acompanhamento no PAEFI, 57casos eram de crianças e adolescentes em situações de violência ou violações de direitos o que representa 70% dos novos atendimentos realizados pela equipe. Das violações e violências identificadas destacamos 19 casos relacionados ao abuso sexual, 12 relacionados a negligência ou abandono e 17 identificados como violência intrafamiliar. As diferenças nos registros de órgãos distintos dificultam a compreensão da real dimensão da violência no município. É importante ressaltar que a notificação em caso de suspeita ou confirmação de violência contra criança é compulsória.

Os dados da Saúde e Assistência Social confundem-se ainda mais quando analisamos a faixa etária das vítimas. Enquanto o SINAN registrou a violência sexual somente na faixa etária de 15 a 19 anos, o CREAS coletou os seguintes dados: 11% do total de notificações de violência sexual contra crianças de 0 a 06 anos; 42% vitimizando crianças de 07 a 12 anos, e 47% adolescentes de 13 a 17 anos. 84% as vítimas registradas do sexo feminino.



Registrhou a violência sexual nas faixa etárias:



APENAS 15 a 19 anos



Coletou os seguintes dados:

11% do total de notificações de violência sexual contra crianças de **0 a 6 anos**

42% dos casos vitimizando adolescentes de **7 a 12 anos**

47% adolescentes de **13 a 17 anos**.

84% as vítimas registradas do **sexo feminino**.

¹⁰ Informações coletadas no Sistema de Informação de Agravos de Notificação -SINAN DO Ministério da Saúde. O Sinan Net tem como objetivo coletar, transmitir e disseminar dados gerados rotineiramente pelo Sistema de Vigilância Epidemiológica das três esferas de Governo, por meio de uma rede informatizada, para apoiar o processo de investigação e dar subsídios à análise das informações de vigilância epidemiológica das doenças de notificação compulsória. Os dados disponibilizados referem-se ao período de 2009 a 2018 Considerando o município de Ocorrência.

Conforme entrevista junto aos profissionais da saúde, não há na Secretaria Municipal um programa específico para acompanhamento dos casos de violência sexual. Os profissionais realizam os atendimentos conforme a demanda, mas não há articulação entre as equipes e a gestão. A equipe é pequena frente a grande demanda de serviços que recebem:

Eu notifico casos de violência interpessoal, violência sexual, violência contra mulher, assédio sexual, sífilis, HIV em gestantes, mas não tem um retorno efetivo. (Médico da Unidade de Saúde Nossa Senhora das Graças)

É perceptível que a violência sexual se destaca em relação as demais violações de direitos, nas entrevistas realizadas com os diversos atores que compõem o Sistema de Garantia de Direitos. Embora tenham sido mencionadas outras formas de violências, como a negligência e o abandono, a ênfase maior centrou-se na violência sexual quando questionados sobre as pautas mais recorrentes em relação à violação de direitos de crianças e adolescentes:

Esse é um crime muito recorrente na região, se comparado a outras regiões; o estupro de vulneráveis é muito recorrente (Ministério Público)

O trabalho infantil, o abuso e a exploração são muito perceptíveis dentro das escolas, o que fica prejudicado nesse momento. A escola é a segunda casa dos estudantes. Ficam prejudicadas as denúncias. (Profissionais da Assistência Social)

A percepção dos entrevistados é corroborada quando confrontados os dados estatísticos apresentados, mas ainda não é possível trazer à tona a real dimensão do fenômeno da violência e suas diversas nuances no município.

Considera-se que os agressores usam o abuso emocional, psicológico, econômico e físico como uma forma de controlar suas parceiras ou parceiros e família. Estima-se que 50 a 70% dos homens que agridem suas mulheres também cometem algum tipo de agressão às crianças, existindo uma alta correlação entre homens que abusam de suas parceiras e aqueles que abusam sexualmente das crianças, principalmente do sexo feminino.

A violência é um fenômeno complexo, tornando-se essencial conhecer o contexto e dimensão da violação dos diretos das crianças e do adolescente para se construir um plano de enfrentamento adequado a realidade municipal.

Medidas Socioeducativas:

Adolescentes em conflito com a Lei

O adolescente em conflito com a lei deve ser alvo de políticas protetivas e educativas que antes de tudo os assistam, ao invés de puni-los. De acordo com o ECA, adolescentes devem ser responsabilizados por sua prática infracional, contudo, o tratamento necessariamente diferenciado, justifica-se, dentre outros fatores, em razão de sua condição de sujeitos em desenvolvimento.

Nesta perspectiva, as medidas socioeducativas têm como objetivo reeducar o adolescente em conflito com a lei, de modo a reintegrá-lo ao processo de desenvolvimento normal de suas atividades na sociedade.

De acordo com o artigo 112 do ECA, após constatada a prática de ato infracional, poderá o Poder Judiciário aplicar medida socioeducativa, por meio da Justiça da Infância e Juventude ou, em sua ausência, pela Vara Civil correspondente. O mesmo artigo ainda prevê, as modalidades aplicáveis de medidas socioeducativas:

I - advertência; II - obrigação de reparar o dano; III - prestação de serviços à comunidade; IV - liberdade assistida; V - inserção em regime de semiliberdade; VI - internação em estabelecimento educacional; VII - qualquer uma das previstas no art. 101, I a VI.

As medidas de Prestação de Serviços à Comunidade - PSC e de Liberdade Assistida - LA são definidas como medidas socioeducativas em meio aberto por não implicam em privação de liberdade, mas sim em restrição dos direitos, visando à responsabilização, à desaprovação da conduta infracional e à integração social.

A Secretaria Nacional de Assistência Social (2017, online) tipifica Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade:

A Liberdade Assistida pressupõe certa restrição de direitos e um acompanhamento sistemático do adolescente, mas sem impor ao mesmo o afastamento de seu convívio familiar e comunitário. Essa medida é fixada pelo prazo mínimo de seis meses, podendo ser prorrogada, revogada ou substituída caso a Justiça determine. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Prestação de Serviços à Comunidade consiste na realização de atividades gratuitas de interesse geral, por período não superior a seis meses, junto a entidades assistenciais, hospitalares, escolas e outros estabelecimentos, bem como em programas comunitários governamentais. As atividades realizadas pelos adolescentes são atribuídas conforme suas aptidões, que devem ser cumpridas durante 8 horas semanais.

De acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, o Serviço de MSE em Meio Aberto deve garantir aquisições aos adolescentes, que consistem nasseguranças de acolhida, de convivência familiar e comunitária e de desenvolvimento de autonomia individual, familiar e social. A Tipificação estabelece ainda os seguintes objetivos para o Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de MSE em Meio Aberto:

(i) realizar acompanhamento social a adolescente durante o cumprimento da medida, bem como sua inserção em outros serviços e programas socioassistenciais e de outras políticas públicas setoriais; (ii) criar condições que visem a ruptura com a prática do ato infracional; (iii) estabelecer contratos e normas com o adolescente a partir das possibilidades e limites de trabalho que regrem o cumprimento da medida; (iv) contribuir para a construção da autoconfiança e da autonomia dos adolescentes e jovens em cumprimento de medidas; (v) possibilitar acessos e oportunidades para ampliação do universo informacional e cultural e o desenvolvimento de habilidades e competências; (vi) fortalecer a convivência familiar e comunitária. (Resolução Nº 109, de 11 de novembro de 2009, Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. pp.34)

De acordo com Resolução CNAS nº 18/2014 o Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade deve ser realizado pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS de forma integrada e complementar aos outros serviços do Sistema Único de Assistência Social. O atendimento ao adolescente autor de ato infracional, deve contemplar a sua responsabilização e a proteção social sendo esse

serviço referência para o Sistema de Justiça encaminhar os adolescentes que deverão cumprir medidas socioeducativas em meio aberto.

Além de prover o acompanhamento das MSE em meio aberto determinadas judicialmente, o trabalho da equipe do CREAS deve contribuir para o acesso a direitos e para a ressignificação de valores na vida pessoal e social dos adolescentes e jovens. Para a oferta do serviço faz-se necessário a observância da responsabilização face ao ato infracional praticado, cujos direitos e obrigações devem ser assegurados de acordo com as legislações e normativas específicas para o cumprimento da medida. O acompanhamento social ao adolescente deve ser realizado de forma sistemática, com frequência mínima semanal de forma a garantir atenção e acompanhamento socioassistencial.

De acordo com a Lei do SINASE, para que o serviço ou programa de atendimento socioeducativo possa ser inscrito nos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente é requisito obrigatório que tenham uma política de formação dos recursos humanos. A equipe técnica responsável pelo acompanhamento do Serviço de MSE em Meio Aberto deve atuar de forma interdisciplinar e em complementaridade com as equipes e técnicos dos outros serviços do SUAS.

A indisponibilidade de informações sobre a execução de programas de meio aberto bem como sobre os adolescentes que cumprem tais medidas, implicou na coleta apenas por meio da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Foram utilizadas as bases do Censo Suas 2019 e Registro Mensal de Atendimento do mesmo ano.

O CREAS do município executa esse serviço de acordo com os dados do CENSO SUAS 2019. A mesma equipe responsável pelo PAEFI executa o acompanhamento dos adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas. São 06 famílias acompanhadas pelo PAEFI com adolescentes nessa situação.

No ano de 2019 foram inseridos 06 novos adolescentes para cumprimento de medidas socioeducativas. Foram 04 inserções para acompanhamento de Liberdade Assistida e 06¹¹ para Prestação de Serviços à Comunidade. Esses dados convergem com a percepção do Conselho Tutelar visto que adolescentes em conflito com a lei é um dos temas relacionados à violação de direitos menos recorrentes no município.

Desaparecimento

O desaparecimento de crianças e adolescentes ocorre amplamente em contextos de violência contra o público infanto juvenil e em ambientes com frágil rede de proteção. Segundo informações da Rede Nacional de Identificação e Localização de Crianças e Adolescentes Desaparecidos (ReDesap), movimento da sociedade civil e conta com o apoio institucional da Secretaria Especial de Direitos Humanos e de outros órgãos de governo, bem como de ONGs, Conselheiros Tutelares, entre outros, a violência doméstica a que muitas crianças e adolescentes são submetidos é o principal fator que leva ao desaparecimento de crianças e adolescentes em todo Brasil. No entanto,

¹¹ Eventualmente, o mesmo adolescente pode estar cumprindo, simultaneamente, as medidas de LA e de PSC, por essa razão, o número aqui apresentado não corresponde à soma dos números apresentados no infográfico.

existem outras causas como conflitos de guarda; perda por descuido, negligência ou desorientação; sequestro; tráfico para fins de exploração sexual; situação de abandono; suspeita de homicídio; e o rapto consensual, ou seja, fuga para ficar com o namorado.

As informações sobre crianças e adolescentes desaparecidos no Estado do Pará, disponíveis no Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais, de Rastreabilidade de Armas e Munições, de Material Genético, de Digitais e de Drogas - SINESP, registram 50 crianças e adolescentes, 41 do sexo feminino e 09 do sexo masculino, com idade entre 01 e 17 anos com status desaparecidas no Estado nos últimos 10 anos. Não é possível identificar o número registros de casos de desaparecimento nesse período no município de Gurupá, uma vez que nem todos os históricos possuem a identificação de municípios.

Trabalho Infantil e Trabalho Protegido

Para a realização desse diagnóstico, foi fundamental a consulta ao Observatório da Prevenção e Erradicação do trabalho Infantil como fonte secundária de dados. Este observatório é uma iniciativa conjunta do Ministério Público do Trabalho e da Organização Internacional do Trabalho no Brasil. Trazemos, a seguir, alguns desses dados extraídos dessa plataforma.

Em Gurupá o total de crianças e adolescentes entre 10 e 17 anos ocupados segundo Censo Demográfico 2010 era de 1,4 mil, sendo 46 em trabalho doméstico. Se limitarmos o filtro de idade, do total apresentado, encontramos 569 crianças e adolescentes com idade entre 10 e 13 anos ocupadas. Os menores de 14 anos ocupados em estabelecimentos agropecuários¹² somavam 855 crianças e adolescentes de acordo com o Censo Agropecuário, Florestal e Aquícola, 2017.

A Prova Brasil (SAEB), promovida pelo INEP/MEC, é uma ferramenta de diagnóstico e avaliação de larga escala, com uma grande cobertura em relação às escolas públicas brasileiras. Um dos questionários da Prova Brasil de 2017, distribuído aos alunos do município, abordou o tema do trabalho infantil; entre as perguntas estava: se as crianças ou adolescentes que responderam ao questionário haviam trabalhado fora da casa no período de referência. 67 alunos de 5º e 9º de escolas públicas declararam trabalhar fora de casa, sendo 52 estudantes do 5º ano e 15 estudantes do 9º ano.

Quanto aos Acidentes de trabalho (de 2012 a 2018) apresentados nesta dimensão foram consideradas as informações do Anuário Estatístico de Acidentes de Trabalho - AEAT - e o banco de dados de Comunicações de Acidentes de Trabalho - CatWeb e não foram encontrados registros de acidentes de trabalho com vítimas crianças e adolescentes. Importante ressaltar que a falta de registro não significa ausência de ocorrências em contexto de informalização e fragilização das relações de trabalho.

Do ponto de vista do acesso às oportunidades, se verificarmos o potencial de cotas para a contratação de aprendizes, de acordo com as informações oriundas da

¹² Vale dizer que estabelecimento agropecuário é toda unidade de produção/exploração dedicada, total ou parcialmente, a atividades agropecuárias, florestais e aquícolas, independentemente de seu tamanho, de sua forma jurídica (se pertence a um produtor, a vários produtores, a uma empresa, a um conjunto de empresas etc.), ou de sua localização (área urbana ou rural), tendo como objetivo a produção, seja para venda (comercialização da produção) ou para subsistência (sustento do produtor ou de sua família).

Secretaria de Inspeção do Trabalho do Ministério da Economia, com base na RAIS e no CAGED (fevereiro de 2019) constata-se que a cidade tem um total de 04 vagas para este público, entretanto foram identificados 393 adolescentes, entre 14 e 15 anos, ocupados fora da condição de aprendiz.

Em 2019, no RMA CREAS¹³ foram registradas 22 crianças ou adolescentes em situação de trabalho infantil identificadas pela Equipe de Abordagem Social. Na mesma situação, ingressaram para acompanhamento no PAEFI, 11 crianças de 0 a 12 anos e 03 adolescentes com idade entre 13 a 15 anos. 71% das crianças e adolescentes eram do sexo masculino. Foram também registradas 7 famílias com crianças ou adolescentes inseridos do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil -PETI.

Em 2019, o RMA-CREAS relatou:

22 famílias em acompanhamento no PAEFI com crianças ou adolescentes inseridas no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil-PETI

11 crianças e adolescentes (0 a 12 anos)

71% das crianças e adolescentes eram do sexo masculino



03 adolescentes com idade entre 13 a 15 anos

7 famílias com crianças ou adolescentes inseridos do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil -PETI

Para os atores da rede entrevistados, principalmente o Conselho Tutelar, o trabalho infantil é uma situação recorrente no município.

Crianças e Adolescentes em Situação de Rua

Crianças e adolescentes em situação de rua é um fenômeno que tem se tornado comum não apenas em áreas centrais de grandes cidades.

Compreender o contexto econômico, social, político e cultural no qual se inserem crianças e adolescentes é fundamental para o debate acerca dos motivos que as impulsionam para as ruas. Há uma ampla gama de fatores relacionados a essa questão: condições socioeconômicas precárias e agressões intrafamiliares fazem parte das múltiplas dificuldades encontradas na estrutura familiar desses sujeitos, que veem na rua uma alternativa para o tratamento negligente e/ou agressivo de seus responsáveis.

Uma questão social complexa e delicada como esta demanda serviços, programas e ações eficazes. No entanto, ainda existe uma grande invisibilidade política relacionada a este segmento, o próprio Conselho Tutelar de Gurupá considera essa

¹³ Para análise do contexto apresentado pelo município, de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil, foram utilizadas as variáveis B3, C5 e K2 do Relatório Mensal de Atendimento-RMA CREAS/2019.

situação pouco recorrente¹⁴ no município. Embora a responsabilidade do estado sobre esta população esteja prevista em uma série de instrumentos legais e planos governamentais, os direitos de crianças e adolescentes em situação de rua ainda carecem de aprimoramento, efetivação e monitoramento.

Nos municípios em geral, os dados oficiais sobre crianças e adolescentes em situação de rua foram identificados por meio do Registro Mensal de Atendimento preenchido pelo Centro de Referência Especializado em Assistência Social-CREAS, unidade pública que realiza atendimentos relativos às demandas de violação de direitos a crianças e adolescentes e é responsável pela execução do Serviço Especializado de Abordagem Social. De acordo com a Tipificação Nacional De Serviços Socioassistenciais

O Serviço especializado em Abordagem Social deve ser ofertado de forma continuada e programada com a finalidade de assegurar trabalho social de abordagem e busca ativa que identifique, nos territórios, a incidência de situações de risco pessoal e social, por violação de direitos, como: trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, situação de rua, uso abusivo de crack e outras drogas, dentre outras.

No município de Gurupá, a equipe de Abordagem Social, realizou 200¹⁵ abordagens em 2019 segundo dados do RMA. Das 110 pessoas abordadas, 57 eram crianças e adolescentes, 26 do sexo feminino e 31 do sexo masculino.

Bullying, cyberbullying

O bullying pode ser considerado um tipo de violência cujas ações podem causar danos graves aos envolvidos, seja enquanto vítimas ou agressores, ou mesmo de maneira indireta, como espectadores/testemunha. O cyberbullying é o bullying realizado por meio das tecnologias digitais. Pode ocorrer nas mídias sociais, plataformas de mensagens, plataformas de jogos e celulares. É o comportamento repetido, com intuito de assustar, enfurecer ou envergonhar aqueles que são vítimas.

A Lei nº 13.185, em vigor desde 2016, classifica o bullying como intimidação sistemática, quando há violência física ou psicológica em atos de humilhação ou discriminação. A classificação também inclui ataques físicos, insultos, ameaças, comentários e apelidos pejorativos, entre outros.

No Brasil, de acordo com os resultados da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar - PeNSE 16 realizada em 2015, 7,4% dos estudantes brasileiros já se sentiram humilhados por provocações dos colegas. Entre os alunos das escolas públicas, o percentual foi de 7,6% e entre os das escolas privadas, 6,5%. Dos escolares

¹⁴ Os Conselheiros Tutelares dos municípios que compõem o Arquipélago do Marajó foram questionados em entrevista sobre os temas mais recorrentes de violação de direitos às crianças e adolescentes no que tange a violência, saúde e educação. Para cada tema os Conselheiros deveriam responder em uma escala de recorrência (inexistente, pouco recorrente, recorrente e muito recorrente). O modelo do roteiro da entrevista que contém a escala encontra-se anexo a este relatório.

¹⁵ Quantidade total de abordagens realizadas (compreendida como número de pessoas abordadas, multiplicado pelo número de vezes em que foram abordadas durante o mês)

¹⁶ Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar - PENSE foi realizada em 2015, a partir de convênio celebrado entre o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e o Ministério da Saúde, com o apoio do Ministério da Educação.

entrevistados, 53,4% responderam nenhuma vez, e 39,2%, raramente ou às vezes se sentiram humilhados por provocações feitas pelos colegas de escola. Dentre os que se sentiram humilhados pelas provocações dos colegas, responderam como principais motivos, a aparência do corpo (15,6%) e aparência do rosto (10,9%) (Tabela de Resultados 1.1.9.8).

No que tange ao ambiente escolar, as evidências do Pisa 2018 apontam para as consequências negativas da violência física ou emocional caracterizada pelo bullying, bem como para a falta de respeito pelas diferenças ou desvalorização da diversidade entre grupos culturais, que caracterizam o clima escolar discriminativo, na performance acadêmica dos estudantes de 15 anos de idade. Nesse sentido, é preciso reforçar e apoiar políticas escolares que incentivem ações de solidariedade, tolerância e respeito às diferenças e conscientização da comunidade escolar para a prevenção de qualquer tipo de violência ou discriminação. (Pisa 2018)

Ressalta-se que nessa parte do relatório foram utilizados dados secundários sobre bullying obtidos em documentos do IPEA e IBGE visto que não foram identificados dados oficiais a respeito dessa temática no município de Gurupá.

Em relação a percepção dos entrevistados, para o Conselho Tutelar tanto o bullying quanto o cyberbullying não são relatados quando se trata de violência contra crianças e adolescentes, não foram encontrados dados para caracterização do público.

Principais Desafios para superar as violações de direitos

O Poder Público precisa oferecer o suporte adequado para que o Conselho Tutelar desenvolva a complexidade de tarefas inerentes a função de conselheiro. Faz-se necessário instituir o apoio aos Conselheiros em seus procedimentos, por meio de um assessoramento técnico, e inclusive pela rede de serviços que executa as políticas públicas.

A contínua capacitação dos integrantes do Conselho Tutelar também é indispensável, de modo que eles sejam preparados para o exercício de suas atribuições. A falta de equipamentos e estrutura dificulta a realização do trabalho. Os conselheiros alegam que falta combustível e manutenção do veículo, além de não possuírem lancha para atendimento as demandas em meio rural. O referenciamento ao serviço pela população também é prejudicado diante das frequentes mudanças da sede do Conselho Tutelar.

Aperfeiçoar os registros os atendimentos, principalmente os casos de violação de direitos atendidos na rede devem ser tratados como ação prioritária, principalmente para o Conselho Tutelar. A sistematização de dados dos atendimentos feitos pelo Conselho Tutelar é um instrumento importante no equacionamento das violações identificadas e na definição das prioridades para as políticas públicas. Dessa forma, é um desafio para toda a Rede resolver os entraves que dificultam a elaboração de relatórios periódicos e o registro cotidiano dos casos

Em relação ao Sistema de Justiça a ausência de um Defensor Público bem como de uma equipe técnica de suporte (Assistente Social e Psicólogo) para acompanharem

todos os casos envolvendo crianças e adolescentes é um aspecto de entrave para a rede.

Tanto a Polícia Militar quanto a Polícia Civil contam com um efetivo reduzido de policiais. A delegacia possui apenas uma cela e não possui lancha própria. Nesse ponto a Polícia Militar conta com uma estrutura de viaturas, carros, moto, bicicleta e lanchas, no entanto a geografia do município dificulta o deslocamento para atendimento de ocorrências na área rural.

A defasagem é que o efetivo policial é deficitário em todo o município e, de forma geral, em todo o Marajó. Muitas das ocorrências nas áreas rurais são atendidas de forma precária por conta de toda essa estrutura. Cada deslocamento é muito longe. Tem localidades dentro do município que ficam a quatro ou cinco horas de lancha voadeira. Essa deficiência é mais inacessível por conta da questão natural (força da maré, maré baixa) tudo isto dificulta. (Polícia Militar)

O tráfico de drogas preocupa os atores da rede, já que essa pauta se vincula a outros crimes como furto, roubo, homicídios etc. Segundo a Polícia Civil, Gurupá é rota para o tráfico internacional de drogas.

Outro grande desafio hoje é o tráfico de drogas que está bastante intenso, Gurupá é rota do tráfico internacional, e a gente conseguiu prender cerca de 10 traficantes e ficou mais tranquila a cidade. (Polícia Civil)

Os menores são usados na maioria das vezes como vítimas desse sistema. Muitos adultos os utilizam devido à fragilidade desses menores. Envolvimento com as drogas é uma pauta que pode levar a outras situações de criminalidade, como prostituição infantil, criança sendo usadas para o tráfico e outras modalidades. Mas o principal é a questão das drogas. Observamos, diariamente, jovens na ociosidade o que o leva a outros caminhos, outras vertentes, a bebidas alcoólicas, drogas permitidas e drogas entorpecentes, não têm outra forma de lazer, de diversão. (Polícia Militar)

É perceptível que grande parte das equipes municipais apresentam uma postura ativa para combater esses problemas e total disponibilidade de construir estratégias em conjunto para o enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes. O maior problema é a frequente troca ou ausência em tempo integral de atores do Sistema de Justiça no município.

Potencialidades e iniciativas de destaque

A política de Assistência no município de Gurupá, organizada a partir da Secretaria Municipal de Assistência Social, atua conforme as orientações do SUAS, tendo a família como foco de suas atividades. O município conta com uma estrutura de serviços composta por 01 CRAS, 01 Equipe Volante e 01 CREAS.

No Arquipélago do Marajó, Gurupá destaca-se como um dos municípios com as equipes de referência mais completas. O CREAS conta com um psicólogo, um assistente social e um advogado compondo a equipe de referência. Além do coordenador, possui ainda um administrativo de nível médio, 03 educadores sociais e mais dois profissionais para serviços gerais.

No CRAS são 46 profissionais dentre eles destacamos: 4 Assistentes Sociais, 4 Pedagogos, 2 Psicólogos, 7 educadores sociais de nível superior e 14 de nível médio. Para atender a demanda do município a Gestão Municipal dividiu os serviços do CRAS em três diferentes locais na cidade ampliando assim a cobertura de atendimento. Trata-se de uma solução estratégica, mas o ideal seria a implantação de mais uma unidade do equipamento no território, descentralizando os serviços de convivência de para ampliar ainda mais a área de cobertura.

CRAS foi dividido em três prédios que funcionam em diferentes lugares da cidade, no CRAS Central atendemos adolescentes e jovens, e também crianças, tem o anexo dos idosos que atende 100 idosos, e o Infanto que atende 200 crianças. O CREAS já é um atendimento mais sigiloso pela violação de direitos. (Gestora Assistência Social)

A Política de Assistência Social se mostrou efetivamente enquanto a principal porta de entrada para as famílias com alguma situação de violação de direitos, ficando o Censo Suas e nos Relatório Mensais de Atendimento-RMA dentre as principais e mais confiáveis fonte de informações sobre a violação de direitos da criança e do adolescente no município.

Em relação ao enfrentamento às diversas formas de violação de direitos às crianças e adolescentes o município também se destacou com a produção de materiais gráficos e campanhas educativas dando visibilidade sobre o tema.

O alcance das nossas campanhas, a gente se empenha muito enquanto equipe para fazer as campanhas acontecerem e chegarem a um público cada vez maior. Nós também abraçamos a campanha contra as drogas lançada pela Ministra e nos empenhamos para fazer os resultados acontecerem sensibilizando a população. Hoje conseguimos ter uma credibilidade junto a população para que eles façam denúncias, confiem na equipe, isso tudo foi fruto de sensibilizações e campanhas de conscientização. (Gestora Assistência Social)

A criação de personagens com característica da cultura local, facilita a compreensão e identificação do tema por parte da população. O mais importante também é que estas ações sejam realizadas de forma contínua.

Criação de personagens infantis para enfrentamento das violações de direitos: Mariocay e o Super 100. Não paramos a conscientização na pandemia; fizemos panfletagem, distribuição de revistinhas, trabalho na rádio, visitas remotas, atendimentos solicitados pelo Conselho Tutelar, Delegacia e Fórum. Diferenciação entre o abuso, obrigação de envolvimento a partir da relação de poder; e a exploração sexual, comercialização envolvendo a troca de dinheiro, favores. (Profissionais da Assistência Social)

Há, em geral, um discurso sobre a redução da violência no município. Isso se deve a uma ação integrada entre os diversos atores da área de Segurança Pública que por meio de um acordo com a Superintendência de Breves realizou uma serie de investigações que culminaram na prisão de traficantes.

Entrei em contato com o comandante de polícia e a gente está com um projeto para combater o tráfico de drogas, porque é um grande problema aqui, quando eu assumi eu fiz um acordo com a Superintendente de Breves e fizemos várias investigações e estouramos as 4 bocas da cidade e prendemos os traficantes, e a gente sentiu que teve uma diminuição de assaltos, teve uma redução boa do tráfico na cidade. Temos conseguido combater o tráfico. (Gestor Municipal)

Com a mobilização de esforços de toda a rede, a violência sexual contra crianças e adolescentes pode deixar de ser uma prática rotineira em Gurupá. É perceptível que as equipes municipais apresentam uma postura ativa para combater esses problemas e disponibilidade de construir estratégias em conjunto para o enfrentamento desse e outros problemas. O CMDCA, Conselho Tutelar, Secretarias de Assistência Social, Educação e Saúde, além dos atores do Sistema de Justiça, apresentam-se como essenciais para intensificar e perpetuar o trabalho de proteção a crianças e adolescentes no município.

Mapeamento do SGD

Organização do SGD

Mapeamento contendo um diagnóstico geral do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente - SGD no município de Gurupá, nos eixos de **Defesa, Promoção e Controle**, especificando a ação das instituições e operadores do SGD, a partir da percepção dos moradores, incluindo as crianças e adolescentes, e dos funcionários dos diversos órgãos e instituições.

Eixos de Atuação



Eixo Defesa

Eixo Defesa |

Garantia de acesso à justiça e à proteção jurídico social, voltadas para o sistema de justiça¹⁷:

Juizado da Infância e da Juventude/Poder Judiciário

ESTRUTURA

O Poder Judiciário local é composto por 1 juiz, 1 assessora, 1 oficial de justiça, 1 técnico judiciário e oficial de justiça, 1 diretora de secretaria, 1 chefe de arrecadação do Judiciário – todos esses, funcionários efetivos. Dois estagiários, três auxiliares de serviços gerais, e quatro funcionários são cedidos pela prefeitura e atuam na parte administrativa – expedição de mandados, de ofícios, cadastramento, acompanhamento de audiência, dentre outras tarefas.

Não contam com apoio de uma equipe multidisciplinar.

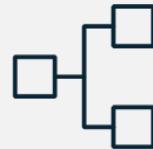


¹⁷ Ponto de atenção relativo a todos os atores: Não se verificou a fiscalização da autorização obrigatória (emitida pela Vara da Infância) nas viagens intermunicipais fluviais para menores de 16 anos viajando sem um dos pais ou desacompanhados. A fiscalização deveria ser feita pela empresa de transporte, com possibilidade de inspeção pela Polícia Federal ou Ministério Público. Há, portanto, alto risco de desaparecimento de crianças ou adolescentes na região.

Em média, 9 a 10 processos tramitam por mês no Poder Judiciário. Acredita-se que seja esse número pela ausência de conhecimento dos fatos pelo Judiciário. A ausência e a dificuldade de acesso somada à carência de conhecimentos sobre os direitos básicos também refletem nesse número baixo de processos.

FLUXO

Percepção de composição da rede: Ministério Público e Conselho Tutelar, embora não se enxergue a atuação desse último órgão.



PONTOS DE ATENÇÃO

Há uma sala para escuta especializada no Fórum, mas não há acomodação e pessoal para esse tipo de atendimento; inclusive; não há previsão de instalação.

Dificuldade de cumprimento dos prazos com que os órgãos do Poder Judiciário devem atender as crianças e adolescentes vítimas de violência, em função da dependência de equipe técnica externa ao órgão.

Alcance mínimo do Poder Judiciário às comunidades remotas.

Ausência de uma percepção de atuação da rede, inclusive, da própria atuação do Poder Judiciário nessa rede. Não se percebe no papel de articulador dessa rede.



Grande número de crianças e adolescentes pilotando motos, questão apontada por professores também.

As pautas mais recorrentes em relação à violação de direitos de crianças e adolescentes referem-se a abuso sexual.

Alta rotatividade de profissionais.

PONTOS DE DESTAQUE POSITIVO

Existe a prioridade legal dada a criança e adolescentes, por meio da etiquetação de processos.

O juiz pensa em retomar um projeto conduzido pela juíza anterior da comarca: Programa Cidadão Ribeirinho – o Poder Judiciário vai às comunidades e dá acessibilidade dos direitos a todas as pessoas, inclusive de comunidades distantes.



ESTRUTURA

A equipe do MP é composta por 2 pessoas (promotor e assessor) e há 1 vaga de estágio em aberto.

Promotoria de primeira entrância (atendimento a todos as especialidades, dentre elas, a infância e a juventude).

Mais de 50 processos tramitam, mensalmente, no MP. Dependendo do mês, há mais de 100. Há uma rotatividade de processos bem grande.



FLUXO

Percepção de composição da rede: Polícia Militar, Polícia Civil, Poder Judiciário, equipamentos da Assistência Social, Conselho Tutelar.

Relação de fiscalização com e da rede. Também recebe denúncias do Disque 100 e provoca os demais órgãos para dar andamento à situação.

O acesso do MP à rede também se faz em casos de tutela de crianças e adolescentes, demandas educacionais e de criminalidade. Nesses casos, oficiam-se os órgãos e solicita-se informações. O Centro de Apoio Operacional da Criança e Adolescente (Belém) sempre solicita informações sobre crimes, numerário, e descoberta de crimes.

Quando há uma urgência maior, requisita-se o responsável para conversar diretamente; quando é algo mais geral, são convocadas reuniões e são discutidos os casos.



PONTOS DE ATENÇÃO

Necessidade de mais efetivo para fazer mutirões e outras ações.

Percepção de pouca implicação da rede na garantia dos direitos.

Percepção de falta de qualidade técnica na emissão de pareceres por parte do CREAS, quando demandados pelo MP.

Pensão alimentícia e estupro de vulnerável são temáticas recorrente no MP.

Existência de uma demanda reprimida.

Alta rotatividade de profissionais.



PONTOS DE DESTAQUE POSITIVO

Todos os atendimentos que envolvem criança e adolescente possuem prioridade absoluta no órgão.

Engajamento e parceria positiva com a rede, de um modo geral; e com a Polícia Civil, de modo específico, embora, muitas vezes, as diligências sejam infrutíferas.

A atuação da Promotoria é um dos principais pontos de efetivação dos direitos da criança e do adolescente no município.

O titular da Promotoria privilegia a fiscalização dos órgãos da rede para uma atuação mais eficaz, e a atuação no combate ao tráfico de exploração sexual – combate ao estupro de vulnerável - no último biênio de atuação do MP esse último ponto entrou no plano de trabalho do órgão. Esse é um crime muito recorrente na região, se comparado a outras regiões.

Comparecimento constante da população no MP para o relato de casos. As pessoas que se sentem lesadas, mandam recados e escrevem cartas de denúncia ao MP. Boa percepção da população sobre o serviço.

Atuação positiva do Conselho Tutelar.

Há um plano do MP local de se fazer reuniões com a Assistência Social para debater os crimes contra a dignidade sexual – em razão da pandemia, acabou não se operacionalizando ainda.

Há um combate efetivo à corrupção e à improbidade administrativa no município. Foram feitas investigações no município e foi afastada, liminarmente, uma gestora à frente do município. No que tange à criança e adolescente, aconteciam várias reclamações sobre questões envolvendo a merenda. Conseguiu-se atuar e o fato não mais se repetiu.

No interior, é feita itinerância para aproximação dos ribeirinhos e o MP solicita informações sobre a zona rural por meio de contato de líderes¹⁸ das comunidades ou com alguém que mora no interior.

A oposição ao governo também traz a denúncia de muitas questões irregulares.

Referência positiva ao Super 100 para a deflagração de alguns casos - nos anos de 2017 e 2018, a Assistência Social trabalhou na ótica da denúncia a partir do Disque 100. Foi criado um super herói para trabalhar o tema na cidade.



¹⁸ Cada comunidade do interior possui alguém que lidera e gerencia a questão das famílias (às vezes, são grupos), e seu acionamento é sempre com cautela; uma vez que, por vezes, as questões trazidas possuem segredo de justiça.

Defensoria Pública

O município não possui Defensoria Pública in loco - somente os municípios de Soure, Curralinho e Breves têm defensor alocado e os demais são referenciados para a Defensoria Pública em Belém.

A ausência desse serviço é apontada como um dificultador na garantia dos direitos, pelos entrevistados.

Segurança Pública

Polícia Militar

ESTRUTURA

A composição do efetivo da Polícia Militar de Gurupá é de 8 policiais, sendo 1 Comandante Primeiro Sargento, 1 Segundo Sargento, 1 Cabo, e 5 Soldados.

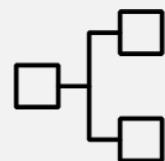


FLUXO

Percepção de composição da rede: Conselho Tutelar, Secretaria de Assistência Social, Polícia Civil, Poder Judiciário, Ministério Público, equipamentos de saúde e educação.

As apreensões realizadas pelo órgão são realizadas em conjunto com a Polícia Civil, com acompanhamento do Conselho Tutelar. Ou só com o acompanhamento do Conselho Tutelar (ato infracional), com encaminhamento à Polícia Civil.

Toda atuação com criança e adolescente é acompanhada pelo Conselho Tutelar.



PONTOS DE ATENÇÃO

As pautas mais recorrentes de violação de direitos recebida pela Polícia Militar estão relacionadas ao tráfico de drogas, o que pode desencadear outras situações de criminalidade, como exploração sexual.

Ausência de opções de lazer, diversão, entretenimento, formação profissional para a juventude, ocasionando alta exposição e uso de álcool e drogas.

Inexistência de um local específico, dentro da Delegacia para a custódia de adolescentes.

Déficit de efetivo policial.

Tempos de deslocamento grande no município, com destaque para a distância até a zona rural.

Percepção de uma atuação insatisfatória, por parte da população, com relatos de atos de violência desnecessários e de corrupção.



PONTOS DE DESTAQUE POSITIVO

O trabalho da Polícia Militar é realizado em parceria com o Conselho Tutelar, a Secretaria de Assistência Social e a Polícia Civil.

Equipagem satisfatória da Polícia Militar: possuem viaturas, carros, moto, bicicleta e lanchas.

Previsão de implementação, no ano de 2021, do Projeto de Educação de Resistência às Drogas – PROERD.



Polícia Civil

ESTRUTURA

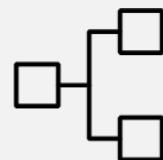
A composição do efetivo da Polícia Civil de Gurupá é de um delegado, dois investigadores, um escrivão, quatro policiais e dois auxiliares administrativos cedidos pela prefeitura.



FLUXO

Percepção de composição da rede: Conselho Tutelar, equipamentos de Assistência Social, equipamentos da Saúde, Poder Judiciário, Polícia Militar e Ministério Público.

As demandas relacionadas à criança e adolescente chegam, geralmente, pelo Conselho Tutelar. O CT faz um relatório e o apresenta à Polícia Civil para que possa instaurar um inquérito ou um termo circunstanciado de ocorrência. Caso haja necessidade, encaminha-se a pessoa para fazer o exame de corpo de delito e, se houver alguma lesão, apura-se o fato e ele é encaminhado para o Ministério Público.



PONTOS DE ATENÇÃO

As pautas mais recorrentes de violação de direitos recebidas pela Polícia Civil são situações de estupro de vulnerável, geralmente feito por tios, pais, ou outros parentes próximos.

O tráfico de drogas também é um desafio, uma vez que Gurupá é rota do tráfico internacional e o tráfico pode desencadear outras situações de criminalidade, como exploração sexual, furto, roubo, assalto e homicídio.

Tempos de deslocamento grande no município, com destaque para a distância até a zona rural.

Inexistência de um local específico, dentro da Delegacia para a custódia de adolescentes, apesar de a delegacia ser nova e possuir boa estrutura.



Percepção de uma atuação insatisfatória, por parte da população, com relatos de atos de violência desnecessários e de corrupção.

PONTOS DE DESTAQUE POSITIVO

Combate incisivo ao tráfico de drogas, com impacto positivo na incidência desse tipo de crime no município, nos últimos tempos.

Parceria positiva com a Polícia Militar e boa relação com a rede, de um modo geral.

Grande número de denúncias, por parte da população.



Conselho Tutelar

ESTRUTURA

5 conselheiros. Todos possuem atuação há menos de um ano.

O Conselho não recebeu a equipagem mínima pelo Governo Federal, nem conhece o que compõe essa equipagem mínima.

O equipamento possui um carro, doado por Deputado, através de emenda parlamentar.

Espaço físico exclusivo para atuação do Conselho; é muito grande a rotatividade dos espaços ocupados pelo conselho.

O Conselho Tutelar não é vinculado à Secretaria de Assistência Social (vinculação à Secretaria de Administração).

Possuem regimento interno, mas ele se encontra desatualizado (data de 2001).

Não possui equipe técnica de apoio, quando necessita, oficia o CRAS e o CREAS.

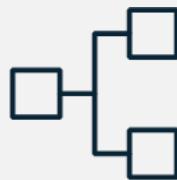
Conselho funciona com atendimento em dois turnos (08 às 12h e 14 às 18h, aos finais de semana, é feito um plantão, em dupla). Sempre há alguém de sobreaviso à noite (funciona por meio de revezamento).

O Conselho nunca foi beneficiado pelo Fundo Municipal da Criança e do Adolescente.



FLUXO

Percepção de composição da rede pelos seguintes atores: equipamento da Assistência Social, Ministério Público, Poder Judiciário, Polícia Militar, e Polícia Civil.



Após encaminhados, nada é informado ao Conselho Tutelar sobre a situação dos casos. As famílias cobram, mas o Poder Judiciário somente informa que é segredo de justiça.

PONTOS DE ATENÇÃO

Déficit de combustível, manutenção de equipamentos, material de consumo, além de não possuírem uma lancha (há muitas demandas no interior). Há apenas 1 computador em funcionamento.

Fiscalização de crianças e adolescentes em bares, apesar de não ser atribuição do Conselho – exposição a riscos à integridade física. Ausência de implicação da Polícia nessa situação.



Alto índice de exposição e uso de álcool e outras drogas por parte de crianças e adolescentes. Além dessas, as pautas mais recorrentes de violação de direitos recebidas pelo Conselho Tutelar estão relacionadas à violência doméstica e sexual; e gravidez na adolescência.

Ausência de parceria dos equipamentos de saúde com o Conselho Tutelar – não se cumpre a notificação compulsória.

SIPIA não foi implementado no município.

Necessidade de maior articulação com a rede.

Discordância com o modo de atuação mais ostensivo da Polícia.

Existência de corrupção política no município, deflagrada, inclusive, pelo Ministério Público.

Alto índice de evasão escolar e *déficit* de vagas nas escolas.

Ausência de projetos na Câmara de Vereadores que tratem da infância e da adolescência no município.

Percepção de pouca atuação, por parte da população.

PONTOS DE DESTAQUE POSITIVO

Realização de um programa de rádio transmitido aos domingos, custeado pelos próprios conselheiros.

Percepção positiva da atuação da Secretaria de Assistência Social – atenção às violações e realização de campanhas.

Boa relação com a rede, de um modo geral.

Grande conhecimento do serviço, inclusive, pelas crianças.



Eixo Promoção

Eixo Promoção dos direitos das crianças e dos adolescentes

Sistema de Saúde

ESTRUTURA

Na sede da Secretaria, há os seguintes profissionais: a secretária, a coordenadora de atenção básica; a coordenadora de vigilância epidemiológica; a coordenadora de vigilância sanitária; a coordenadora dos agentes epidemiológicos; e o responsável geral dos Programas de Saúde. Há também uma assistente social no Setor de Tratamento Fora de Domicílio - TFD.

No hospital, há um diretor administrativo; um coordenador de serviços; um coordenador de RH, um médico cirurgião, e 5 enfermeiros – 1 é coordenador do serviço de Enfermagem.

Há 2 unidades de Estratégias de Saúde da Família (Nossa Senhora das Graças e Nossa Senhora de Fátima), e a unidade básica de saúde do Ajó (na estrada do Tucuruí - recém inaugurada para atender pessoas que vem pelo rio - demorou 12 anos para ser inaugurada. Há ainda uma unidade no interior do Carrazedo.



Também há 24 postos de saúde distribuídos em toda a zona rural (com técnicos de enfermagem/auxiliar de enfermagem).

Ausência de CAPS no município.

UBS fluvial em fase de implantação.

FLUXO

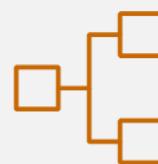
Percepção de composição da rede pelos seguintes atores: equipamentos de assistência social, equipamentos da educação, Polícia Civil, Polícia Militar, Poder Judiciário, Conselho Tutelar, e Ministério Público.

O fluxo dos postos para o restante dos equipamentos da sede é passar o rádio ou/e WhatsApp e encaminhar. Também existe a possibilidade de resgate. Belém possui uma UTI aérea, mas há uma fila para atendimento.

O Conselho Tutelar demanda pouco da Secretaria de Saúde, na maior parte das vezes, demanda direto ao hospital.

Identifica-se uma criança doente e/ou vítima de maus tratos no equipamento de saúde, aciona-se o médico, e na sequência, a Assistência Social e o Conselho Tutelar. Feito o encaminhamento, não há mais o acompanhamento dos casos por parte da Saúde.

Os casos de violência, sífilis e HIV em gestantes são notificados à Secretaria de Saúde, que, em tese, deve fazer o registro no sistema e aicionar os órgãos da rede, mas como há ausência de retorno aos profissionais da ponta, não se sabe se o fluxo está sendo cumprido.



PONTOS DE ATENÇÃO

Falta de recursos para a manutenção do Serviço de Tratamento Fora de Domicílio. Gurupá é considerado “pleno” – responsável pelo seu TFD - no serviço, sem condição econômica; agora o Estado não aceita a devolução do serviço para os seus cuidados. O Promotor está ciente disso.

Criança não entra como prioridade, nos serviços, a menos que quem esteja à frente do equipamento, a considere como prioridade. O próprio usuário não respeita e reclama da aplicação da prioridade.

Pouca procura de adolescentes aos serviços de saúde, principalmente para a realização de pré-natal e outros trabalhos preventivos.

As principais violações de direito percebidas pelos profissionais de saúde são a violência doméstica, depressão pós-parto, abandono, evasão escolar, trabalho infantil, abuso sexual, gravidez na adolescência, e o uso de drogas.

No que se refere às doenças, a maior demanda de crianças e adolescente é por tratamento relacionado a disenteria, diarreia, verminose, e outras doenças geradas pela má qualidade da água.

Percepção de sobrecarga dos equipamentos de saúde em relação à rede e pouco engajamento dos atores; falta de diálogo com a Assistência Social e com a Câmara de Vereadores.

Existência de corrupção política no município, deflagrada, inclusive, pelo Ministério Público.

Baixa utilização do ambiente virtual para potencialização das ações do município no período de pandemia.

Déficit na capacidade de atendimento, de exames laboratoriais e medicamentos. Ausência de higiene no hospital (presença de baratas e outros animais).

Dificuldade de abordagem sobre a sexualidade, pela existência de um tabu cultural.; grande resistência de realização desse trabalho nas escolas.

Demora no atendimento odontológico, pelo déficit de profissionais.

Ausência de ginecologista e pediatra.



PONTOS DE DESTAQUE POSITIVO

Adesão ao Programa de Atenção Integrada às Doenças Prevalentes na Infância (de 0 a 5 anos) - AIDPI e ao Programa Saúde nas Escolas.

Existência de um Plano Municipal de Saúde, conforme exigência do Egestor (Ministério da Saúde), que está sendo executado, mas está não sendo cumprido integralmente. Conseguiu-se chegar a 50% da meta pactuada para a vacinação – em função da pandemia. Não se implementou o CAPS (projeto pronto), nem se conseguiu fazer a



reforma e ampliação do hospital, embora tenham sido adquiridos equipamentos na atual gestão.

Existência de fluxos e protocolos a serem cumpridos em âmbito municipal.

Bom desempenho da área da saúde na pandemia – (no início, havia uma unidade sentinela para o COVID19 – funcionava como um hospital de campanha, com toda a estrutura necessária). Agora o Centro de testagem do COVID é que está em funcionamento – com uma médica, uma enfermeira e dois técnicos. Não tem sido necessário acessar a rede na pandemia.

O papel dos agentes comunitários de saúde é fundamental na identificação de violações de direito.

Percepção de que há um razoável controle social por parte da população.

Assistência Social

ESTRUTURA

16 pessoas trabalham na sede da Secretaria de Assistência Social. Na gestão, trabalha a secretaria, um assessor e um auxiliar. No BPC, trabalha um assistente social e dois auxiliares; e na sala do Bolsa Família, trabalha a coordenadora e 8 digitadores. No ASESSUAS Trabalho, há um supervisor e um técnico.

Existência de um CRAS e um CREAS, referenciando 488 famílias, sendo 100 crianças e 80 adolescentes. Os serviços do CRAS¹⁹ são prestados em três prédios diferentes; no CRAS Central atende-se adolescentes, jovens e crianças; e no Infanto, atende-se outras crianças.

O planejamento da Secretaria de Assistência Social é feito anualmente; não há um Plano Municipal de Assistência Social.



¹⁹ Há um consenso, entre a equipe, de que o CRAS deveria estar alocado na periferia para atender melhor os usuários que precisam.

FLUXO

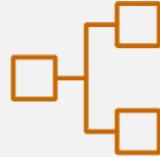
Percepção de composição da rede pelos seguintes atores: equipamentos da educação, equipamentos da saúde, CMDCA, Conselho Tutelar, Poder Judiciário, Ministério Público, Pastorais da Igreja Católica, Polícia Civil e Polícia Militar, Secretaria de Meio Ambiente, Secretaria de Obras, e as demais secretarias.

O CRAS faz uma busca ativa das violações de direito; uma vez identificadas, as famílias são inseridas no PAIF; em casos mais graves, encaminha-se para o CREAS, que encaminha para o Ministério Público e de lá, acessa-se o Poder Judiciário.

O CRAS é acessado pelo CREAS, Poder Judiciário e Conselho Tutelar.

O Ministério Público encaminha criança e adolescentes para serem escutados no CREAS; relatórios são confeccionados, mas não atendem às expectativas dos órgãos que os encaminharam.

O CREAS encaminha usuários para a saúde e há uma boa resposta dos encaminhamentos.



PONTOS DE ATENÇÃO

Espaço físico insuficiente para as atividades, déficit nas condições de internet.

Dificuldade de acesso às comunidades rurais.

Necessidade de entendimento sobre a atribuição de cada um dos atores da rede. Confusão entre assistência e assistencialismo.

Defasagem da lei municipal de assistência social; ela data de 1997, deixando muitas coisas a serem regulamentadas dentro do município.

Situações de abuso, uso de drogas e trabalho infantil são as situações de violação de direitos das crianças e adolescentes mais identificadas no cotidiano dos trabalhos da Secretaria.

7 adolescentes possuem determinação de cumprimento de medida socioeducativa, mas as medidas não estão sendo cumpridas.



Sobrecarga no atendimento psicológico, uma vez que não há psicólogo na estrutura de saúde do município.

Indisposição com o Ministério Público e o Poder Judiciário sobre o teor e conteúdo dos relatórios elaborados pelo CREAS.

Demandas de apoio e parceria por parte da Associação das Parteiras Tradicionais do Município de Gurupá.

PONTOS DE DESTAQUE POSITIVO

Trabalho forte de prevenção no município.

Criação da Campanha do Super 100 – um personagem que conversa com as crianças, de forma lúdica, sobre questões de abuso, aliciamento e trabalho infantil, e divulga a importância das denúncias através do disque 100. São confeccionados gibis, o personagem visita as escolas, faz roda de conversa com as crianças, explica como funciona o CT, e no dia 18 de maio, é feita uma comemoração para erradicar o abuso. Toda criança acredita que ele vem do planeta Proteção e conhece o herói.

Diminuição da incidência de trabalho infantil em função da campanha citada acima, realizada em parceria com o Conselho Tutelar e o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Adesão ao Programa de Aquisição de Alimentos – PAA individual e institucional– no município e do Programa Criança Feliz – PCF.

Realização de ações de sensibilização e formação com a rede (saúde, educação, CT e CMDCA) sobre a importância da notificação em casos de violação de direitos e sobre a atribuição dos atores na rede.

Credibilidade e confiança da população para o recebimento de denúncias.

Parceria positiva com a rede, de um modo geral, com algumas ressalvas na relação com a Saúde. Existem formações continuadas com a rede.

Conselho de Assistência Social e de Segurança Alimentar são conselhos ativos; a população está presente e cobra bastante.

Equipes completas para o atendimento no CRAS e no CREAS.



Educação

ESTRUTURA

Cerca de 50 profissionais compõem a estrutura da Secretaria de Educação.

A Secretaria possui assento no CMDCA.

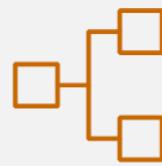
Construção, em andamento, de um polo para a educação especial, temática que tem sido trabalhada com centralidade no município, pela quantidade de alunos nessa situação.



FLUXO

Percepção de composição da rede pelos seguintes atores: equipamentos da assistência social, equipamentos da saúde, CMDCA, Conselho Tutelar, Sindicato dos Trabalhadores em Educação, Ministério Público, Pastorais da Igreja Católica, Polícia Civil e Polícia Militar, Secretaria de Meio Ambiente, Secretaria de Obras, e as demais secretarias.

Em casos de identificação de situações de violação de direitos das crianças e adolescentes, o professor aciona a direção que faz a notificação e encaminha para o Conselho Tutelar. O Conselho Tutelar faz a investigação para ver se procede, e muitas vezes, acessa a Assistência Social e o CMDCA.



PONTOS DE ATENÇÃO

O ensino, em algumas comunidades do interior, ainda é multisseriado e não há escolas polo. Déficit de merenda nessas localidades.

Questão geográfica complexa.

Superlotação em sala de aula. No ensino médio, por vezes, há 60 alunos por sala, e o professor precisar dar aula do lado de fora da sala.

Paralisação das atividades escolares no ano de 2020.

Inexistência de uma relação de proximidade com a Polícia.

Apesar da existência de um Plano Municipal Decenal de Educação, o documento encontra-se desatualizado e muitas coisas não têm sido realizadas.

Déficit no transporte escolar²⁰ (falta de combustível, constante necessidade de manutenção, falta de cobertura). Déficit de material pedagógico na educação infantil.

Alta evasão escolar, principalmente, no ensino infantil; às vezes pela falta de merenda, às vezes, pela falta de material pedagógico e brinquedos, ou até mesmo em razão da falta de interesse da família.

Déficit na cobertura da educação infantil.

Necessidade de profissionais habilitados na educação infantil.

Desconhecimento, por parte da população, em relação aos seus direitos. Necessidade de abordagem não só dos direitos, mas dos deveres, com a população.

Abandono afetivo e material, trabalho infantil e violência doméstica são problemáticas recorrentes no município. Relatos de bullying.

Necessidade de formação para abordagem de crianças a respeito de violência e sexualidade.



²⁰ O meio de transporte para o interior é dificultoso; é feito em caçamba de caminhão de lixo. A caçamba é lavada e as pessoas a utilizam como meio de transporte para chegar ao interior.

Relatos de professores que não dão aula caso o ar-condicionado não esteja funcionando.

Precarização na infraestrutura das escolas (mesas e portas quebradas, paredes rabisadas, torneiras com mau funcionamento).

Necessidade de maior participação e implicação dos familiares na vida das crianças e adolescentes.

PONTOS DE DESTAQUE POSITIVO

Parceria positiva com a Assistência Social (para palestras, em especial) e com as demais secretarias. Com a Secretaria de Meio Ambiente, um projeto de hortas sustentáveis dentro das escolas está para ser iniciado.

Tramitação em andamento de uma parceria com o governo para que sejam criadas vagas de ensino médio na zona rural.

Durante o período da pandemia, foi construído um diagnóstico da educação no município – houve visita às comunidades e capacitação dos profissionais.

Percepção da necessidade de inclusão das pautas das comunidades ribeirinhas nas tratativas da rede – são demandas distintas, mas igualmente importantes.

Parceria de cursos profissionalizantes com o SENAI e o SENAC.

Existência de Conselhos Escolares, do Conselho do FUNDEB e do Conselho de Alimentação Escolar.

Repercussão positiva do Super 100.

Postura ativa e de cobrança da população.

Construção, em andamento, do Plano Municipal de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto, encabeçado pelo CREAS e pela Secretaria de Educação.



Eixo Controle

Eixo Controle - organização e mobilização da sociedade civil em prol dos direitos das crianças e dos adolescentes:

*Conselho Municipal dos Direitos da Criança
e do Adolescente – CMDCA*

ESTRUTURA

O Conselho é composto por 08 conselheiros titulares e 08 suplentes, sendo 04 governamentais e 04 da sociedade civil.

A eleição do Conselho encontra-se regularizada (foi realizada em março de 2018 e acontece de 2 em 2 anos), e é feita por meio de uma convocação, quando são feitas as indicações, e na sequência, procede-se à eleição, por sorteio.

Existe previsão, na lei de criação do conselho sobre alternância no mandato de presidente do conselho entre representantes governamentais e da sociedade civil e isso é praticado.

Não existe previsão de ocupação de cadeira de conselheiro para criança e/ou adolescente.

O Conselho ocupa uma sala cedida e as reuniões do Conselho acontecem, mensalmente.

Não existe um diagnóstico documentado ou outro relatório oficial sobre a situação da criança e do adolescente que já tenha sido realizado no município.

O CMDCA possui um plano de ação, sem execução, porém, em função da pandemia.

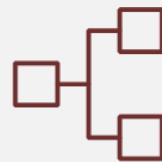
As três prioridades de atuação do CMDCA, segundo o presidente, são: zelar pelos direitos das crianças e adolescentes; garantir o direito ao esporte e lazer; e garantir a educação.



FLUXO

Percepção de composição da rede pelos seguintes atores: Conselho Tutelar, equipamentos da assistência social, Igrejas (com destaque para a Pastoral da Criança), equipamentos da educação, equipamento da saúde, Ministério Público, Polícia Militar.

O ponto da rede mais acessado para encaminhamentos, por parte do CMDCA, é a Assistência Social.



PONTOS DE ATENÇÃO

Contatos raros com o CEDCA e o CONANDA.

Falte de cobertura do conselho ao meio rural.

Necessidade de inclusão das comunidades ribeirinhas nas tratativas da rede.

Fundo da Infância e da Adolescência em processo de regularização (falta inadimplência relacionada a INSS).

Necessidade de construção de uma maior articulação com a Polícia.

Necessidade de uma divulgação maior do CMDCA junto à população.



PONTOS DE DESTAQUE POSITIVO

Parceria positiva com a rede, de um modo geral, e em especial, com a Secretaria de Assistência Social e com o Conselho Tutelar.

Acionamento ao Conselho, para denúncias, por parte da população.

Colaboração na construção, em andamento, do Plano Municipal de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto, encabeçado pelo CREAS e pela Secretaria de Educação.

Postura ativa e de cobrança da população.

Menção positiva do Super 100.



Organizações da Sociedade Civil

Inicialmente, a partir do mapa das Organizações da Sociedade Civil, foram mapeadas as seguintes 127 instituições no município de Gurupá:

ASSOCIACAO DOS REMANESCENTES DE QUILOMBO DA COMUNIDADE MARIA RIBEIRA

ASSOCIACAO ATLETICA BENEFICENTE RECREATIVA E ESPORTIVA GURUPAENSE DE VETERANOS

ASSOCIACAO COMERCIAL E INDUSTRIAL AGROECOLOGICA EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DO MUNICIPIO DE GURUPA E DISTRITO DE GURUPA

ASSOCIACAO PROGRESSISTA DE GURUPA

IGREJA EVANGELICA ASSEMBLEIA DE DEUS - NOVA JERUSALEM

IGREJA EVANGELICA ASSEMBLEIA DE DEUS

ASSOCIACAO DAS COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS DE GURUPA

ASSOCIACAO DOS TRABALHADORES RURAIS DO CAMUTA PUCURUI

ASSOCIACAO DOS TRABALHADORES AGROEXTRATIVISTAS DA ILHA DAS CINZAS
ASSOCIACAO DOS TRABALHADORES RURAIS AGROEXTRATIVISTAS DO ITATUPA E BAQUIA
IGREJA DO EVANGELHO QUADRANGULAR
COLONIA DE PESCADORES Z49 DE GURUPA
ASSOCIACAO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS AGROEXTRATIVISTAS DO PARANA DO CACAU
ASSOCIACAO DOS AGRICULTORES E TRBALHADORES RURAIS DO MUNICIPIO DE GURUPA
ASSOCIACAO DOS TRABALHADORES AS RURAIS AGROEXTRATIVISTA DO RIO MURUPUCU - ATARM
ASSOCIACAO DOS TRABALHADORES AS RURAIS AGROEXTRATIVISTAS DO ALTO MARAJOI - ATRAM
ASSOCIACAO DOS PEQUENOS PRODUTORES DO BACA E ESTRADA
ASSOC DOS PEQUENOS PRODUTORES DO BAIXO MARARU
ASSOCIACAO DOS TRABALHADORES AGROEXTRATIVISTA DO SETOR MOJU E COSTA DA ILHA GRANDE DE GURUPA DO JARIUBA AO CHIBE
ASSOCIACAO MUNICIPAL COMUNITARIA DE DESENVOLVIMENTO ARTISTICO, CULTURAL E SOCIAL DE GURUPA
ASSOCIACAO LIVRE DOS PESCADORES E PESCADORAS ARTESANAIS DE GURUPA
Conselho Escolar Da Escola Municipal De Ensino Fundamental Santino Torres
Conselho Escolar Da Escola Municipal De Ensino Fundamental Bom Jesus
Conselho Escolar Da Escola Municipal De Ensino Fundamental Quintino Tomaz De Souza
Conselho Escolar Da Escola Municipal De Ensino Fundamental Quilombola Cloves Almeida Dos Santos
ASSOCIACAO MUNICIPAL DOS IDOSOS DE GURUPA
ASSOCIACAO DOS POVOS EXTRATIVISTAS TRADICIONAIS DA RESEX GURUPA, MELGACO, TUERE, BOM JESUS E NOSSA SENHORA DA CONCEICAO ASTBC
ASSOCIACAO DOS AGRICULTORES E PRODUTORES RURAIS, AMBIENTALISTAS, APICULTORES, AQUICULTORES, EXTRATIVISTAS E PISICULTORES DO MUNICIPIO DE GURUPA
Conselho Escolar Da Escola Municipal De Ensino Infantil Criança Feliz
Conselho Escolar Da Emef Nova Esperança - Rio Veados
Conselho Escolar Da Escola Estadual De Ensino Médio Marcilio Dias
IGREJA DA VINHA
ASSOCIACAO DA RADIO FM DE GURUPA - ARGU
ASSOCIACAO DA CASA FAMILIAR RURAL DE GURUPA
ASSOCIACAO DOS PRODUTORES RURAIS DO RAMAL GRANDE
CLUBE DE MAES DE GURUPA

ASSOCIACAO CULTURAL, ESPORTIVA E BENEFICENTE FLOR DA JUVENTUDE

Conselho Escolar Da Escola Municipal De Ensino Fundamental Manoel Januario Nunes

Conselho Escolar Da Escola Municipal De Ensino Fundamental Santa Maria Do Aracuteua

Conselho Escolar Da Escola Municipal De Ensino Fundamental São Benedito I

Conselho Escolar Da Escola Municipal De Ensino Fundamental Tiradentes

ASSOCIACAO DOS POVOS TRADICIONAIS EXTRATIVISTAS DO PUCURUI, MARAJOI E MELGACO

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIO-AMBIENTAL

ASSOCIACAO DOS TRABALHADORES AS AGROEXTRATIVISTAS E PESCADORES AS ARTEZANAIS DO RIO MARIONY - ATAPARM

Conselho Escolar Da Emef Antonio Vilhena

Conselho Escolar Da Emef Nossa Senhora Das Gracas

Conselho Escolar Da Emeif Professor Doutor Licurgo Peixoto Brito

Conselho Escolar Da Emef Sao Jose

Conselho Escolar Da Emef Santa Rosa Do Rio Baquia Branco

ASSOCIACAO DOS TRABALHADORES TRADICIONAIS EXTRATIVISTA DA RESEX GURUPA, MELGACO E DAS COMUNIDADES SANTA CRUZ E BOM JESUS II ASTTESB

ASSOCIACAO CULTURAL, COMUNITARIA DOS MORADORES E AMIGOS DE GURUPA - ACMAG

MOVIMENTO DAS MULHERES DE GURUPA

ASSOCIACAO DOS PRODUTORES DO JABURU

Conselho Escolar Da Escola Municipal De Ensino Fundamental Nossa Senhora Da Conceição

Conselho Escolar Da Escola Municipal De Ensino Fundamental Bom Futuro

Conselho Escolar Da Escola Municipal De Ensino Fundamental Castro Alves

Conselho Escolar Da Escola Municipal De Ensino Fundamental Nossa Senhora De Nazare

Conselho Escolar Da Escola Municipal De Ensino Fundamental São Camillus De Lellis

ASSOCIACAO DOS ACOUGUEIROS E ACOUGUEIRAS, PEIXEIROS E PEIXEIRAS DO MUNICIPIO DE GURUPA

ASSOCIACAO DE MANIPULADORES DE ALIMENTOS E OUTROS SERV DIVERSOS EM DESENV SUSTENTAVEL EM EXTRATIVISMO E AMBIENTAL DO MUNICIPIO E DISTRITOS DE GURUPA

IGREJA EVANGELICA ASSEMBLEIA DE DEUS

ASSOCIACAO DAS COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS FLEXINHA E CARRAZEDO ARQFC

Conselho Escolar Da Emef Santa Maria - Rio Taiassuy

Conselho Escolar Da Emef Estácio De Sa

INSTITUTO ANTONIO ASSUNCAO COELHO

Conselho Escolar Da Emef Sao Francisco Do Rio Baquia Grande
Conselho Escolar Da Emef Sao Raimundo - Rio Muruchaua
Conselho Escolar Da Emef Nossa Senhora Da Conceicao - Rio Veados
Conselho Escolar Do Instituto Educacional Mariocay
ASSOCIACAO DOS LAVRADORES DO SETOR IPIXUNA
ASSOC DOS AGRICULTORES DO ARINHOA GURUPAMIRI E RIBEIRA
ASSOCIACAO DOS TRABALHADORES AGROEXTRATIVISTAS DO DISTRITO DO ITATUPA
Conselho Escolar Da Escola Municipal De Ensino Fundamental Sao Jose
Conselho Escolar Da Escola Municipal De Ensino Fundamental Vista Alegre
Conselho Escolar Da Escola Municipal De Ensino Fundamental Santa Maria
ASSOCIACAO DE MORADORES E AGRICULTORES DE GURUPA - AMAG
Conselho Escolar Da Escola Municipal De Ensino Fundamental Jose Maria Alves
Conselho Escolar Da Escola Municipal De Ensino Fundamental Aruans
Conselho Escolar Da Escola Municipal De Ensino Fundamental Nossa Senhora Das Gracas
ASSOCIACAO DAS PARTEIRAS TRADICIONAIS DO MUNICIPIO DE GURUPA APTMG
Conselho Escolar Da Escola Municipal De Ensino Fundamental Alfredo Maranhoto
ASSOCIACAO DOS MOTOTAXISTAS DO MUNICIPIO DE GURUPA
ASSOCIACAO DOS TRABALHADORES AGROEXTRATIVISTAS DO SETOR BAQUIA
ASSOCIACAO DOS REMANESCENTES DO QUILOMBO DO JOCOJO - ARQJO
ASSOCIACAO GURUPAENSE DE AGRICULTURA E PESCA - AGAP
Conselho Escolar Da Emef Almirante Barroso
Conselho Escolar Da Emef Jardel Filho
Conselho Escolar Da Professor Jose Amil De Almeida Alho
ASSOCIACAO CULTURAL, DESPORTIVA E BENEFICENTE ESTRELA VERMELHA - ACEVEC
ASSOCIACAO DOS PEQUENOS PRODUTORES DO PUCURUY
ASSOC DOS PRODUT RURAIS DE MEDIO ALTO MARARU E MURUPUCU
ASSOCIACAO DOS TRABALHADORES AGROEXTRATIVISTAS DA ILHA DE SAO SALVADOR
Conselho Escolar Da Escola Municipal De Ensino Fundamental Chico Mendes
Conselho Escolar Da Escola Municipal De Ensino Fundamental Manoel Lourenco Dos Reis
Conselho Escolar Da Escola Municipal De Ensino Fundamental Jose Lourenco
Conselho Escolar Da Escola Municipal De Ensino Fundddamental Raimundo Ribeiro Dias
Conselho Escolar Da Emef Padre Giulio Luppi
Coselho Escolar Da Escola Municipal De Ensino Fundamental Nossa Senhora Das Gracas
Conselho Escolar Da Escola Municipal De Ensino Fundamental Diogo Martins

ASSOCIACAO DOS TRABALHADORES RURAIS DA ILHA DO URUTAI
ASSOCIACAO DE MOTOTAXISTAS DOS AMIGOS E AMIGAS DE GURUPA
Escolar Emef Bartolomeu Bueno
Conselho Escolar Da Emef Sao Joao - Rio Jaburu
ASSOCIACAO DOS TRABALHADORES AS RURAIS AGROEXTRATIVISTAS DO RIO PUCURUI - ATRAP
ASSOCIACAO AGROEXTRATIVISTAS DO TAIASSUIZINHO AO LIMAO DO CANAL DO NORTE - AATALCAN
ASSOC DOS TRAB RURAIS DA ILHA DA SANTA BARBARA
ASSC DOS PEQUENOS PROD DO JOCOJO FLEXINHA E COJUBA
Conselho Escolar Da Escola Municipal De Ensino Fundamental Santíssima Trindade
Conselho Escolar Da Escola Municipal De Ensino Fundamental São Jose Do Jutai
ASSOCIACAO CULTURAL, ESPORTIVA E BENEFICENTE MACA DO AMOR
CENTRO CULTURAL E EDUCACIONAL MARIOCAY
Conselho Escolar Da Emef Francisco Lima
ASSOCIACAO DOS MOTOTAXISTAS DE GURUPA - AMOTAG
Conselho Escolar Da Emef Vista Alegre
Conselho Escolar Da Emei Cantinho Do Meu Saber
Conselho Escolar Da Emef Nossa Senhora Das Gracas
CONSELHO DA COMUNIDADE DA COMARCA DE GURUPA
Conselho Escolar Da Emef Clemente Bahia Dos Santos
Conselho Escolar Da Emef Professor Clodoves De Oliveira Pantoja
ASSOCIACAO DOS PESCADORES ARTESANAL DE GURUPA
ASSOC DOS TRABALHADORES RURAIS DO MARAJOY
Conselho Escolar Da Escola Estadual De Ensino Fundamental Raimundo Ribeiro Dias
Conselho Escolar Da Escola Municipal De Ensino Fundamental Professora Maria Neuza Monteiro Da Gama
Conselho Escolar Da Escola Municipal De Ensino Fundamental Gomes Neto
Conselho Escolar Da Escola Municipal De Ensino Fundamental São Sebastiao
Conselho Escolar Da Escola Municipal De Ensino Fundamental São Raimundo
Conselho Escolar Da Emef Tiradentes

A partir das entrevistas, grupo focais e oficina realizados, as instituições de destaque foram as citadas abaixo:

Associação Zeca da Fiel

Associação das Parteiras Tradicionais do Município de Gurupá

Igreja Católica, em especial, a Comissão de Justiça e Paz e a Pastoral da Criança

Igreja Evangélicas, com destaque para a Igreja da Vinha

Também foram citados os seguintes projetos informais, de grande relevância para o município:

Projeto Igarapé

Casa de Acolhimento

Escolinhas de futebol

Fabricio, projeto de jiu-jitsu

Flor da Juventude

Referências

BRASIL. Constituição (1998). Constituição da República Federativa do Brasil: Texto consolidado até a Emenda Constitucional nº 64 de 04 fev. 2010. Brasília, 2013.

BRASIL. Constituição (1998). Constituição da República Federativa do Brasil. 1988.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 71, de 29 de novembro de 2012. Acrescenta o art. 216-A à Constituição Federal para instituir o Sistema Nacional de Cultura. Diário Oficial da União, Brasília, 29 nov. 2012.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente (1990). Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília: Ministério da Saúde: Projeto Minha Gente, 1991, 110p.

BRASIL. Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 4 abr. 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20112014/2013/lei/l12796.htm> Acesso em: 04 nov. 2020

BRASIL. Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998 (Lei Pelé). Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 1988. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil03/Leis/L9615consol.htm>>. Acesso em: 04 nov. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Microdados Censo Escolar - Censo da educação básica. Brasília: INEP. 2012 e 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução 4, de 2 de outubro de 2009. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, Modalidade Educação Especial. Diário Oficial da União, Brasília, 04 nov. 2020.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Norma Operacional Básica- NOB/SUAS. Brasília: MDS/SNAS, 2005.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional e Assistência Social. Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS. Brasília, 2011

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional e Assistência Social. Orientações Técnicas sobre o PAIF. Vol. 1 e 2. Brasília, 2012. BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social. Resolução nº 269, de 13 de dezembro de 2006. Brasília, 2006. BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. Política Nacional de Assistência Social. Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004. Brasília, 2005.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. CENSO SUAS 2018, 2019. CRAS e CREAS. Brasília, DF: MDS, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação; Secretaria Nacional de Assistência Social.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Registro Mensal de Atendimento -RMA 2018, 2019. CRAS e CREAS. Brasília, DF: MDS, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação; Secretaria Nacional de Assistência Social.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009. Brasília, 2009.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. Dispõe sobre o reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV. Resolução nº 01, de 21 de fevereiro de 2013.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Proteção dos Direitos da Criança e Adolescente. Crianças Desaparecidas: políticas públicas existentes e propostas de aprimoramento / elaboração de Vitor Silva Alencar – Documento eletrônico – Brasília: Ministério dos Direitos Humanos, 2018, 41 p.

BRASIL. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. Lei Federal nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. Expansão e qualificação do Serviço de Proteção Social aos Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade. Resolução nº 18, de 05 de junho de 2014. Brasília, 2014.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Sistema Nacional de Segurança Pública. SINESP Cidadão. Disponível em <https://www.justica.gov.br/sua-seguranca/seguranca-publica/sinesp-1/sinesp-Cidadao> Acesso em: 17 de nov.2020

BRASIL. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Análise da dinâmica dos programas e da execução do serviço de atendimento aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto de LA e de PSC. Brasília, 2013.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção em Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Diretrizes nacionais para a atenção integral à saúde de adolescentes e jovens na promoção, proteção e recuperação da saúde. / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção em Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas, Área Técnica de Saúde do Adolescente e do Jovem. – Brasília: Ministério da Saúde, 2010. 132 p.: il. – (Série A. Normas e Manuais Técnicos).

BRASIL. Política Nacional de Atenção Básica. Série Pacto pela Saúde volume 4. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997.

CARVALHO, J.A.M.; SAWYER, D.; RODRIGUES, R.N. (1988). Introdução alguns conceitos básicos e medidas em demografia. Belo Horizonte: Série Textos Didáticos N.1 ABEP, 1994. 63 p.

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CNAS). Resolução n.18 de 05 de julho de 2014. Dispõe sobre expansão e qualificação do Serviço de Proteção Social aos Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade no exercício de 2014.2014^a. CNAS,Brasília. Disponível em http://www.sgc.goiás.gov.br/upload/arquivos/2015-01/cnas_18--mse.pdf Acesso em: 17 nov. 2020

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (Conanda). Resolução n. 105, de 15 de junho de 2005. Dispõe sobre os Parâmetros para Criação e Funcionamento dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências. 2005a. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), Brasília. Disponível em: https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/conselhos_direitos/RESOLUCAO_N_105_DE_15_DE_JUNHO_DE_2005.pdf Acesso em: 17 nov. 2020.

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (Conanda). Resolução n. 106, de 17 de novembro de 2005. Altera dispositivos da Resolução nº 105/2005 que dispõe sobre os Parâmetros para Criação e Funcionamento dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências. 2005b. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), Brasília. Disponível em: https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/conselhos_direitos/RESOLUCAO_CONANDA_N_106__Altera_Resolucao_n_105_e_inclui_ANEXO.pdf Acesso em: 17 nov. 2020.

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (Conanda). Resolução n. 113, de 19 de abril de 2006. Dispõe sobre os parâmetros para a institucionalização e fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente. 2006a. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), Brasília. Disponível em: <<https://www.mpam.mp.br/centros-de-apoio-sp-947110907/infancia-e-juventude/legislacao/legislacao-nacional/1984-resolucao-no-113-do-conanda-dispoe-sobre-os-parametros-para-a-institucionalizacao-e-fortalecimento-ao-sistema-de-garantia-da-crianca-e-do-adolescente>>. Acesso em: 17 nov. 2020.

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (Conanda). Resolução n. 117, de 11 de julho de 2006. Altera dispositivos da Resolução n.º 113/2006, que dispõe sobre os parâmetros para a institucionalização e fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente. 2006b. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), Brasília. Disponível em: <<http://www.direitosdacriancas.org.br/conanda/resolucoes>>. Acesso em: 17 nov. 2020.

GOVERNO lança campanha de prevenção da gravidez na adolescência. Empresa Brasil de Comunicação (EBC), 2020. Disponível em: <<https://radios.ebc.com.br/reporter-nacional/2020/02/governo-lanca-campanha-de-prevencao-da-gravidez#:~:text=Dados%20do%20Minist%C3%A9rio%20da%20Sa%C3%BAde,redu%C3%A7%C3%A3o%20foi%20menor%2C%2027%25>>. Acesso em: 01 de dez. de 2020.

OBSERVATÓRIO DA PREVENÇÃO E A ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL. Proteção Integral Guia por Todos. Smartlab. Disponível em <https://smartlabbr.org/trabalho-infantil> . Acesso em: 01 de dez. de 2020.

TIRANDO o véu: estudo sobre casamento infantil no Brasil. São Paulo: Plan International, 2019. 101 p.

PESQUISA nacional de saúde do escolar:2015-IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais- Rio de Janeiro: IBGE, 2016b. 132 p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=297870> . Acesso em: 01 de dez. de 2020.



Herkenhoff & Prates

SECRETARIA NACIONAL DOS
DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE

MINISTÉRIO DA
MULHER, DA FAMÍLIA E
DOS DIREITOS HUMANOS

